



AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INTEGRAÇÃO NACIONAL:

Projeto de Cooperação Técnica
Min. da Integração Nacional/IICA
RELATÓRIO FINAL



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Ações de Desenvolvimento Regional e
Integração Nacional:
Projeto de Cooperação Técnica
Min. da Integração Nacional - IICA

RELATÓRIO FINAL

Brasília, 2009

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI)

Ministro de Estado [Geddel Quadros Vieira Lima](#)

SECRETARIA EXECUTIVA (SECEX/MI)

Secretário [João Reis Santana Filho](#)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SCO/MI)

Secretário [José Antônio da Silva Parente](#)

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Secretário [Marcelo Pereira Borges](#)

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SDR/MI)

Secretário [Henrique Villa da Costa Ferreira](#)

SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS (SPR/MI)

Secretária [Márcia Regina Sartori Damo](#)

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (ABC/MRE)

Ministro [Marco Farani](#)

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

Representante do IICA no Brasil [Carlos Américo Basco](#)

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INTEGRAÇÃO NACIONAL (PCT/BRA/IICA/00/001)

Diretor Nacional (MI) [Rodrigo Francisco Ximenes Vitorino](#)

Supervisor de Projeto (IICA) [Heithel Souza Silva](#)

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2009

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio Web institucional <http://www.iica.org.br>

Coordenação do Projeto

Heithel Souza Silva
Mauro Márcio Oliveira

Correção editorial

Heithel Souza Silva
Pedro C. Teixeira Cavalcante

Diagramação

Gisele Selhorst Ceccon

Desenho da Capa

Grifo Design

Impressão

Gravopapers

Ações de desenvolvimento regional e integração nacional: Projeto de Cooperação Técnica Ministério da Integração Nacional, IICA - Relatório Final / IICA, Ministério da Integração Nacional – Brasília: IICA, 2009.

103 p.; 21,59 cm x 27,94 cm.

ISBN13:

978-92-9248-127-8

1. Assistência técnica 2. Desenvolvimento Regional 3. A
cooperação internacional 4. Agricultura 5. Desenvolvimento rural 6.
Brasil I. IICA II. Ministério da Integração Nacional

AGRIS
E14

DEWEY
338.91

Brasília, Brasil 2009

SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ADA	Agência do Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência do Desenvolvimento do Nordeste
APL	Arranjo Produtivo Local
BACEN	Banco Central do Brasil
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A
BDMG	Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S/A
CBA	Centro de Biotecnologia da Amazônia
COARIDE	Conselho da RIDE/DF
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONVIVER	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FINAN	Fundo de Investimento da Amazônia
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNRES	Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia

MI	Ministério da Integração Nacional
MoU	Memorando de Entendimento
MP	Medida Provisória
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PCT IICA/BRA/00/001	Projeto de Cooperação Técnica MI/IICA Integração Nacional
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDNE	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Nordeste
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PPED	Programa de Prevenção e Preparação para Emergência e Desastres
PRD	Programa de Resposta aos Desastres
PRODUZIR	Programa de Organização Produtiva de Comunidades
PROBENE	Programa Biotecnológico para o Nordeste
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PROMESO	Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais
PROMOVER	Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões
PRORIDE	Plano Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal
RIDE/DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SCO	Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do MI
SDR	Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MI
SEPRE	Secretaria Especial de Políticas Regionais
SIH	Secretaria de Infra-estrutura Hídrica, do MI
SPR	Secretaria de Programas Regionais, do MI
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajuste de Conduta

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	1
APRESENTAÇÃO	2
O RELATÓRIO FINAL	4
1. GRANDES ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PCT NO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO	5
2. O PCT NA INSTÂNCIA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO.....	11
2.1 POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	11
2.2 POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	13
2.3 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	14
3. O PCT NA INSTÂNCIA OPERATIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO	16
3.1 O PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	17
3.2 PROGRAMAS MACRO-REGIONAIS	18
3.3 PDSA E NOVA DELIMITAÇÃO DA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.....	20
3.4 PRORIDE.....	24
3.5 PDFF - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA.....	24
4. O PCT E AS ATIVIDADES TRANSVERSAIS DO MI	26
4.1 REDES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	26
4.2 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	32
4.3 DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO DO TEMA DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	34
4.4 ESTUDOS DE OBRAS HÍDRICAS EM APOIO AOS PROGRAMAS DO MI	41
4.5 REVITALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MI	43

5.	O PCT E ALGUMAS AÇÕES COMPLEMENTARES DO MI	45
5.1	A NORMATIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS CORRELATOS.....	45
5.2	O CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	45
6.	OS BENEFICIÁRIOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	47
7.	FATORES QUE AFETARAM O DESEMPENHO DO PCT	50
8.	SÍNTESE FINAL DAS REALIZAÇÕES.....	56
	ANEXOS.....	59

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Organismo Internacional Cooperante:	<i>IICA</i>
Entidade Nacional Executora:	<i>MI</i>
Código/Sigla do Projeto pela ABC/MRE:	<i>BRA/IICA/00/001</i>
Título do Projeto:	<i>Projeto de Cooperação Técnica para Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional</i>
Áreas geográficas beneficiadas (Região, Estado(s), Município(s)):	<i>Território Nacional</i>
Endereço/Telefone/Fax da Agência Executora Nacional:	<i>Esplanada dos Ministérios, Bloco "E" – 6º andar, sala 670 CEP 70.059.900 Brasília, DF Telefone (61) 3414-5526 – Fax (61) 3326-3940</i>
Duração do Projeto (em meses/anos):	<i>8 anos e 9 meses</i>
– Início do Projeto	<i>Previsto: 16/06/2000 Efetivo: 16/06/2000</i>
– Término do Projeto	<i>Previsto: 31/12/2003 Efetivo: 31/03/2009</i>
Orçamento do Projeto (valores equivalentes em US\$):	
– Contrapartida financeira nacional	<i>R\$ 58.995.558,00</i>
– Orçamento Total do Projeto	<i>R\$ 58.995.558,00</i>
Diretor Nacional do Projeto:	<i>Rodrigo Francisco Vitorino Ximenes</i>

APRESENTAÇÃO

O *Projeto de Cooperação Técnica para Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional* ou PCT IICA/BRA/00/001 (referido neste texto simplesmente como PCT), com vigência entre 16 de junho de 2000 e 31 de março de 2009, representou para o Ministério da Integração Nacional (MI) um importante instrumento de cooperação técnica internacional para a formulação, execução e acompanhamento das políticas públicas relacionadas aos temas do desenvolvimento regional, ordenamento territorial e integração nacional.

O *Termo de Cooperação Técnica* firmado em 16 de junho de 2000, entre o Governo Brasileiro e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), estabeleceu como objeto do PCT o apoio à condução da então chamada Política de Desenvolvimento Regional e de Integração Nacional. Isso se deu mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação e a formulação e implantação de programas e projetos integrados de desenvolvimento, objetivando a redução das desigualdades regionais no País.

Para a execução do PCT, o referido *Termo de Cooperação Técnica* designou o MI como a instituição nacional responsável pela execução das suas ações, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e o IICA, responsável pelo aporte de cooperação técnica.

Este PCT, inicialmente previsto para ser executado em três anos e meio pelo então recém-criado MI, já no primeiro exercício passou por adequações, que vieram a ser concretizadas por meio da inclusão de novas atividades, pela extensão do prazo e, conseqüentemente, pelo aporte de recursos financeiros adicionais, com vistas a adequá-lo ao cumprimento de seus objetivos. Ao longo de sua implantação, novas revisões se fizeram necessárias com vistas a adequá-lo às competências alteradas do MI.

Não obstante a complexidade dos temas tratados e as nuances político-institucionais de sua condução, o PCT demonstrou ser um valioso instrumento de interação e de operacionalização de ações de cooperação, que em muito contribuiu para legitimar o mandato e as competências legais do MI, responsável pela condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O presente Relatório apresenta e comenta as realizações alcançadas pelo MI com o apoio do PCT, bem como as dificuldades que foram superadas ao longo de sua implantação, no cumprimento das obrigações inerentes ao compromisso internacional assumido, demonstrando o atual estágio do trabalho de redução das diferentes desigualdades regionais brasileira.

Na apresentação das realizações do PCT, o Relatório está organizado segundo categorias das atividades principais do MI, como são os instrumentos estratégicos e os de caráter operacional. A estas duas categorias se associam a de caráter transversal e as ações complementares. Assim, de forma resumida, a estrutura do presente Relatório enquadra as ações do PCT da seguinte maneira:

- Instância Estratégica: Políticas Nacionais e Fundos de Financiamento.
- Nível Operacional: Planos, Programas e Projetos.
- Atividades Transversais: Capacitação de Recursos Humanos, Gestão e Sistemas de Informação, Divulgação e Revitalização Institucional do MI.
- Atividades Complementares: Normatização de Obras, Apoios pontuais de logística, entre outras.

Na sua parte principal, o Relatório trata do desenho inicial e da inserção do PCT no recém-criado MI e de suas alterações ao longo de sua vigência. Em segundo lugar, dá informações sobre suas ações segundo as categorias estabelecidas no parágrafo anterior, finalizando com a abordagem dos fatores que afetam o desempenho do PCT, bem como sua execução orçamentária e financeira.

Nos Anexos podem ser encontradas informações sobre o histórico do MI, assim como de sua estrutura organizacional e programática. De igual forma, são apresentados os dados de realização do PCT segundo os Relatórios de Progresso.

O RELATÓRIO FINAL

A negociação do PCT, que se deu em meio à reforma da Administração Federal que reestabeleceu o MI, alcançou bom termo em 16 de junho de 2000, quando aquele Projeto foi aprovado pela ABC, do Ministério das Relações Exteriores.

Em função do contexto institucional em que se inseria, o PCT dedicou, em seu início, parte de seus recursos à estruturação institucional do MI, de forma a que o mesmo pudesse cumprir seu mandato legal, qual seja o de formulação e implantação da política de desenvolvimento regional.

Como um desdobramento esperado das expectativas do momento, o PCT envolveu-se ativamente em estudos de reestruturação das autarquias vinculadas ao MI, de reformulação institucional dos organismos regionais e de apoio às agências de desenvolvimento. Especificamente, foi elaborado um Plano de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste e estabelecida a Estrutura Regimental da ADENE, bem como formulada sua Agenda Executiva. Estas atividades, por sua natureza, foram de caráter continuado durante o período de tempo considerado necessário.

Quando da formalização do PCT, o MI vinculou a Direção Nacional do Projeto à Secretaria de Infra-estrutura Hídrica (SIH), uma vez que a mesma concentrava a implantação das principais atividades nele programadas.

A partir de 2006, o MI optou pelo fortalecimento do quadro de recursos humanos da Direção Nacional e pela transferência do PCT da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica para a Secretaria Executiva. Ademais, o PCT sofrera substantiva reformulação com a inclusão de novas atividades sob a responsabilidade das demais Secretarias do Ministério e ampliação dos seus recursos financeiros, fato que justificou a modificação.

A decisão de instalar a Direção Nacional do PCT na Secretaria Executiva do Ministério proporcionou maior eficiência à sua gestão, pela visão integrada de seus componentes bem como pela agilidade nas decisões. Com isso, as Secretarias do Ministério ficaram desobrigadas de assumir as atividades administrativas e financeiras inerentes à execução de um projeto de cooperação técnica, com normas e regulamentações distintas das da Administração Pública Federal.

Em decorrência da orientação seguida na condução do PCT, o MI pôde dispor de importantes instrumentos operacionais indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições institucionais como órgão formulador e implementador de políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento regional e integração nacional.

1. GRANDES ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PCT NO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

Num projeto de cooperação técnica de ampla envergadura como o PCT Integração, o IICA realizou um leque bastante amplo de atividades, de modo a apoiar, no segmento específico da cooperação técnica, as ações, projetos e programas do Ministério da Integração.

Ademais, o IICA exerceu sua função básica de cooperação técnica animando a comunidade de profissionais que lida direta e indiretamente com o tema do desenvolvimento regional.

Relativamente a estes dois aspectos – o leque de atividades do PCT e a comunidade de profissionais – destacam-se alguns aspectos por ocasião da apresentação deste Relatório Final do PCT Integração.

De forma resumida, as áreas preferenciais de atuação do PCT foram as seguintes:

1. Organização de Congressos, Seminários, Oficinas, Cursos, Encontros e Fóruns, incluindo sua logística; garantindo, em alguns casos, a participação de palestrantes nestes eventos.
2. Organização, publicação e distribuição de material técnico e de divulgação, tais como Livros, Manuais de Serviço, Relatórios, Cartilhas, Manuais, Folders, Folhetos, bases de dados em CD, vídeos de divulgação, Revistas, Boletins, Planos, Programas e Projetos, bem como material didático utilizado em Cursos.
3. Realização de Estudos, Propostas Técnicas, desenho de Programas e Projetos, confecção de Relatórios e montagem e desenvolvimento de eventos de capacitação (cursos e oficinas).
4. Gestão de Programas e Descentralização da Política Nacional por meio do desenvolvimento e adaptação de Softwares, implantação de Sistemas de informação e gerenciais; e instalação de equipamentos tanto na esfera da Gerência Nacional de Projetos quanto na esfera local para apoiar a descentralização de Projetos e Programas do MI.
5. Ação complementar, necessária à realização dos produtos caracterizados anteriormente. Nesse sentido, pode ser citada a produção de mídia, apoio logístico a eventos de discussão (Seminários e Congressos), de implantação de programas

(Fóruns mesorregionais), locação de máquinas e equipamentos e instalação de softwares.

Quando se analisa o conjunto das ações do PCT Integração, tal como mostradas nos cinco itens acima, percebe-se a presença marcante do conhecimento como matéria-prima da ação do IICA na interface que desenvolve junto ao MI.

Desse ponto de vista, pode-se argumentar que os três primeiros grupos de ação envolvem fundamentalmente conhecimento teórico, técnico e institucional, na medida em que as ações do IICA estão permeadas por:

- Inovações da Teoria aplicada de Desenvolvimento Regional;
- Tecnologias sociais de participação e inclusão de cidadania;
- Desenho de estratégias de descentralização e de participação popular;
- Operação de *softwares*, equipamentos e participação em redes interativas;
- Manejo de normas legais e institucionais para acesso a projetos;
- Elaboração, instalação e execução local de projetos;
- Tecnologia produtiva agrícola, industrial e comercial dos APL's;
- Conhecimento de normas dos Fundos de Desenvolvimento Regional.

O quarto grupo de ações do IICA tem a ver com dois elementos da realidade nacional. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o fato de o País viver o momento da reinstalação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, depois de mais de duas décadas de abandono dessa diretriz. Isso, por si só, implica um apoio deliberado, se bem que contido e avaliado de perto para que não desborde de seus objetivos específicos, do IICA ao fortalecimento às instâncias da gestão nacional, a cargo do MI. Em segundo lugar, a circunstância da reinstalação desta Política é, também, o momento da descentralização da ação federal. Nesse sentido, o bom senso e o conhecimento técnico indicam que o apoio da cooperação técnica deve ser dirigido, também, aos territórios onde se dá, efetivamente, a realização das políticas. Essas são, em síntese, a justificativa para a inclusão de ações deste quarto grupo no Relatório do PCT.

O quinto grupo reúne umas poucas ações do PCT, executadas sob medida para que alguns objetivos centrais da cooperação técnica pudessem ter sido alcançados. As ações realizadas sob esta inspiração tiveram em mente que ações centrais do PCT necessitavam de pequenos e pontuais aportes para sua concretização final.

Visto o leque de temas amparados pelo PCT, passa-se a tratar, de forma breve, sobre a comunidade de especialistas animada pelo IICA para a realização de projeto de cooperação técnica.

O propósito geral do IICA com seus projetos de cooperação técnica é apoiar localmente o governo federal, os governos estaduais e municipais bem como organizações da sociedade civil com novos conhecimentos e propostas de desenvolvimento.

No cumprimento de sua missão, o IICA estabelece o princípio de estimular e animar as diferentes comunidades técnicas existentes na sociedade ao invés de dispor de um corpo técnico próprio para tanto. É bem verdade que no início da execução do PCT ainda era legalmente permitida a contratação de profissionais para serem alocados diretamente ao MI. Porém, com o aperfeiçoamento da lei esta forma de cooperação foi sendo desestimulada para logo ser abandonada pelo IICA.

Este princípio foi rigorosamente obedecido na execução deste PCT Integração, tal como pode ser visto em seu anexo, no qual estão relacionados os Especialistas e Organizações contratadas para a realização de trabalhos específicos demandados pelo MI para a execução de sua Política Nacional.

O PCT, ao longo de sua existência, contratou centenas de Especialistas e Organizações públicas, privadas e do Terceiro Setor que, brevemente, podem ser tipificadas da seguinte maneira:

- Centros de Pesquisa e Fundações de Apoio de Universidades Federais, Estaduais e Particulares;
- Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e de Apoio do Desenvolvimento Local;
- Empresas Privadas de Consultoria e seus Consórcios, em geral, nas diversas áreas de engenharia;
- Centros Independentes ou Estatais, federais e estaduais, de Estudos e Pesquisas e de Capacitação de Recursos Humanos;

- Entidades da Sociedade Civil, como Associações, Cooperativas, ONG e OSCIP;
- Especialistas individuais em diversas áreas do conhecimento.

Além da variedade de organizações e profissionais, deve-se mencionar outra característica operativa do PCT. Cada vez mais foram sendo contratadas entidades e profissionais que se encontram instalados nas áreas de atuação dos diversos projetos e programas da PNDR. Assim, há uma presença marcante de fundações, associações, cooperativas, ONG com nítida atuação na esfera estadual e municipal, seja no Sul, Nordeste, Norte, Centro-Oeste ou Sudeste.

Com esse mecanismo gerencial, o IICA acredita estar reforçando uma das linhas básicas do MI, que advoga a descentralização da Política Nacional a seu cargo. Além de cumprir com este aspecto da descentralização, deve ser mencionado como uma agradável surpresa a existência de entidades que se instalam nas diferentes regiões e territórios do país e ali desenvolvem sua *expertise*. Certamente, a continuidade desse processo levará não só a um enriquecimento da comunidade de especialistas no País como a um refinamento de propostas e projetos, já que se supõe que estas Organizações estando mais aderentes às suas próprias realidades, poderão oferecer produtos mais compatíveis com as demandas descentralizadas.

Por fim, merece ser destacada a presença do PCT nas atividades internacionais do MI. Neste particular, se referencia o Entendimento do Brasil com a União Européia, a promoção de Seminários e Congressos Internacionais e a realização de eventos de capacitação de recursos humanos a partir do entendimento com organismos internacionais.

Para dar sentido a esta referência, adianta-se o comentário sobre alguns deles, que também são considerados em outros pontos do Relatório, pois cada um deles se insere em um contexto diferente.

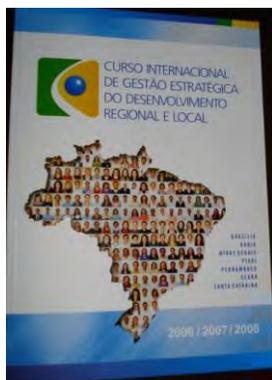
O Entendimento do Brasil com a União Européia na esfera do desenvolvimento regional, de novembro de 2007, prevê a realização de diversas atividades. Nessa esfera de ação, o IICA apóia as iniciativas nacionais de responsabilidade do MI, participando da organização de eventos como seminários e congressos estabelecidos pelas Partes; da viabilização da presença de Especialistas estrangeiros para a discussão, em nosso país, de matérias atinentes ao conteúdo do Memorando; da publicação dos resultados obtidos em cada etapa desse processo de construção mútua; bem como de ações de apoio logístico à medida que se desdobram as etapas previstas pelas Partes.

Há dois exemplos significativos da participação dos Especialistas estrangeiros no processo de construção e aprofundamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Por um lado, o IICA viabiliza o intercâmbio de experiências bem como a discussão teórica e aplicada da nova teoria do desenvolvimento regional, patrocinando a vinda ao País de Especialistas. Isso foi o que ocorreu por ocasião da celebração do Seminário Internacional “Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas à Luz das Experiências da União Européia e do Brasil”, realizado em Brasília, em março de 2006, com a participação de 400 pessoas. Para este evento, o PCT garantiu a presença dos seguintes Especialistas estrangeiros:

- Ash Amin, Professor da Faculdade de Geografia da Universidade de Durham, Inglaterra, que apresentou e debateu o tema “Política Regional em uma Economia Global”.
- Michael Dunford, Professor da Universidade de Sussex, Inglaterra, que teve a seu cargo discorrer sobre “Desenvolvimento territorial, bem-estar e crescimento: razões em favor das políticas regionais”.
- Sérgio Conti, Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Turim, Itália, a quem coube tratar das “Políticas Espaciais Européias”.
- José Palma Andrés, Diretor da Direção Geral de Política Regional da Comissão Européia, Bruxelas; que trouxe a debate o tema do “Planejamento Territorial na União Européia: competição/integração/inação”.
- Sergio Boisier, Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Chile, cujo objeto de atenção foi o tema: “As fronteiras nos processos de integração supranacional: a experiência da União Européia e as lições para a América Latina”.

Nesta mesma linha de ação, o PCT proporcionou apoio à realização do *Colóquio Internacional de Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia*, realizado em novembro de 2007 e o *Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no MERCOSUL e na União Européia*, em dezembro de 2008, ambas em Brasília, DF, comentados em outros trechos deste Relatório.





Por outro lado, o PCT apoiou a presença de Especialistas estrangeiros em eventos de capacitação de pessoal técnico brasileiro. O exemplo mais representativo foi seu apoio ao planejamento e realização de sete cursos internacionais de *Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local*, para 322 participantes. Estes eventos envolveram o ILPES (Instituto de Planejamento Econômico e Social para a América Latina e o Caribe), da CEPAL, tendo vindo ao Brasil professores da Argentina, Chile e Colômbia.

Estabelecido o quadro geral de referência da atuação do PCT, aborda-se a relação de realizações do PCT segundo as categorias anunciadas na Apresentação deste Relatório Final de Cooperação Técnica.

2. O PCT NA INSTÂNCIA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

Este PCT, em contraste com outros projetos de cooperação técnica cujo foco é bastante específico, apresenta a característica de, desde sua concepção, ter um escopo abrangente, compatível com as demandas do MI então recém-criado por ato do Governo Federal. Naquele momento, o MI entendeu que o IICA deveria ser um parceiro nas suas responsabilidades institucionais de grande envergadura como, por exemplo, resgatar a experiência do planejamento governamental do desenvolvimento regional.

Por este motivo, o PCT apoiou intensamente a missão institucional do MI na instância estratégica, entendida como aquela que trata dos instrumentos programáticos de mais amplo alcance e espectro, como são a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a Política Nacional de Ordenamento Territorial e os Fundos, que funcionam como instrumentos financeiros do desenvolvimento regional no Brasil.

Neste capítulo, trata-se, separadamente, das ações do PCT junto à PNDR, PNOT e Fundos de Financiamento à Política de Desenvolvimento Regional.

2.1 POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



A PNDR é o instrumento de mais alta hierarquia programática do MI.

Tendo em vista a importância desta Política na organização dos trabalhos do MI junto aos demais Ministérios, Governos Estaduais e do Distrito Federal e dos Municípios, a proposta consagrada no PCT foi a de orientar os esforços da cooperação técnica para a elaboração de estudos que conferissem base técnica consistente à decisão governamental de resgate e recuperação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Uma vez concretizada a base técnica, na seqüência o PCT passou a dirigir o foco de sua ação sobre a difusão e divulgação da idéia de redução das desigualdades regionais, articulação institucional e descentralização das ações do governo federal, visando ampliar o rol de participação e discussão sobre o novo tema da agenda do desenvolvimento e fortalecer a capacidade de execução, com vistas a alcançar os objetivos da Política. Nesse contexto de divulgação e discussão da proposta

original da Política também é merecedor de destaque a apresentação e validação da PNDR pela Câmara de Política de Integração Nacional e as iniciativas de articulação da Política com os Programas Regionais do MI, cuja execução estava a cargo das demais secretarias, a saber, SDR, SPR e SCO.

Outra ação a ser destacada se refere à aquisição de materiais e equipamentos de geoprocessamento e de divulgação da PNDR.

Neste particular, o coroamento dos esforços de cooperação técnica veio com a publicação do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, que institucionalizou a PNDR como uma política do Governo Federal. Nessa condição, a PNDR desempenha o papel de balizamento dos investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), definidos sob a liderança do Governo Federal, o que confere a necessária organicidade à ação pública bem como aos investimentos.

Com foco nos tópicos geoprocessamento, planejamento regional e desenvolvimento sustentável, a SDR/MI, com o apoio do PCT, aprofundou seu relacionamento institucional com outros ministérios, a exemplo do Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo em vista o cumprimento da missão do MI quanto à formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Para aprofundar e acelerar o resgate da Política Regional no País, o MI entendeu que era fundamental estabelecer interação com outros governos nacionais, já que esta via permite conhecer novas experiências, avaliar sua pertinência para o Brasil, abrir oportunidades de capacitação dos recursos humanos nacionais e atrair novos investimentos.

Assim, na esfera internacional, o MI em parceria com o BNDES e a União Européia realizou o seminário internacional "Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil", em março de 2006, em Brasília. Este evento, que foi apoiado pelo PCT, reuniu inúmeros especialistas brasileiros e europeus e centenas de participantes interessados no tema.

Deste evento, que serviu de marco nas relações do MI com a União Européia no tema do desenvolvimento regional, saiu a decisão de enviar uma delegação brasileira ao à Semana Européia de Cidades e Regiões (*Open Days*), que ocorreu entre 8 e 11 de outubro de 2007. Na

ocasião, o Ministro Geddel Vieira Lima, na condição de responsável pela PNDR foi convidado a participar do evento paralelo intitulado *A Dimensão Internacional das Políticas de Desenvolvimento Regional*, na qual discutiu a temática central com seus homólogos da União Européia, China e Rússia.

Na esfera do intercâmbio internacional do MI, o PCT apoiou outros dois outros eventos: *Colóquio Internacional de Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia*, realizado em Brasília, nos dias 29 e 30 de novembro de 2007; e o *Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no MERCOSUL e na União Européia*, também realizado em Brasília, entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2008.

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

O debate sobre a necessidade de o Governo Federal assumir de forma coordenada ações referentes ao ordenamento do território nacional remonta aos anos oitenta, quando foi concebido o *Programa Nossa Natureza*, desenvolvido pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, subordinada ao Gabinete Militar da Presidência da República.

Depois de tentativas dispersas, inclusive em termos de competência institucional, a Lei nº 10.683, de 2003, conferiu a responsabilidade sobre o ordenamento territorial ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério da Defesa.



Fazendo valer o teor legal de suas competências, o Ministério da Integração Nacional, em 2004, elaborou, por meio da SDR, uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial para balizar uma série de estudos, que veio a ser financiada pelo PCT. O processo licitatório de contratação foi ganho pelo CDS/UnB. Em conjunto com a ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica), o CDS/UnB desenvolveu seis estudos temáticos por meio de diversos colaboradores. O trabalho foi concebido em duas etapas. Na 1ª Etapa foram elaborados 6

Relatórios, com a seguinte caracterização:

- TEMA 1: O Padrão de Uso e Ocupação do Território e as Principais Tendências de Transformação
- TEMA 2: Avaliação dos impactos de Planos, Programas e Projetos no Uso e Ocupação do Território no Brasil
- TEMA 3: Políticas de Ordenação do Território – A contribuição de experiências nacionais e internacionais.
- TEMA 4: Logística e Ordenamento do Território
- TEMA 5: Espaços Geográficos sob Poder da União – uma Avaliação da Experiência na Perspectiva de uma PNOT;
- TEMA 6: Avaliação do Aparato Institucional e jurídico-legal na perspectiva da PNOT

Na segunda etapa do trabalho o CDS trabalhou diretamente com o material produzido pelas equipes dos temas para chegar ao Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território (vide figura).

Embora tecnicamente tenha se conseguido um avanço propositivo para a PNOT fatores políticos e institucionais levaram à reavaliação das ações neste particular para posteriores desdobramentos.

2.3 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No contexto atual, o financiamento da política regional busca proporcionar suporte financeiro adequado às diversas escalas de ação propostas. Em termos gerais, o financiamento ao desenvolvimento regional no Brasil conta com instrumentos diversos, a exemplo dos Fundos



Constitucionais de Financiamento, Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE) e Incentivos Fiscais.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento, exclusivos para as grandes regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são, atualmente, os principais instrumentos de fomento às atividades produtivas desenvolvidas nestas regiões.

Ao Ministério da Integração Nacional cabe estabelecer diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos à luz da PNDR e as

normas para a operacionalização dos programas de financiamento. Cabe também supervisionar, acompanhar e controlar a aplicação dos recursos, bem como avaliar o desempenho dos fundos.

Outra iniciativa do MI foi de atuar em sua esfera de competência para levar à criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) que, no Poder Executivo, estava sob a liderança do Ministério da Fazenda. Como resultado da ação concertada destes ministérios, o MF encaminhou à Presidência da República uma Exposição de Motivos sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, o que inclui o FNDR.

O PCT apoiou a função de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos dos fundos ao proporcionou meios e condições para que o MI elaborasse, publicasse e divulgasse relatórios periódicos sobre suas competências institucionais no tocante aos Fundos de financiamento da PNDR.

No primeiro momento, o PCT colocou profissionais à disposição do MI para o referido trabalho. Enquanto esteve em atuação, essa equipe foi responsável pela elaboração de relatórios periódicos e sistemáticos até que o TAC impusesse a interrupção dessa forma de prestação de serviços, proporcionada pela cooperação técnica. No período em que a equipe esteve em trabalho foram elaborados diversos relatórios de desempenho dos Fundos. A imagem mostra um exemplo de um relatório elaborado com apoio do PCT.

Outra contribuição do PCT foi o apoio à elaboração de notas técnicas sobre as alterações da legislação desses fundos, de forma a contribuir para o encaminhamento e debate da PEC mencionada acima.

3. O PCT NA INSTÂNCIA OPERATIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

O Ministério da Integração Nacional apresenta uma organização institucional, que combina a gestão da Política de Desenvolvimento Regional com o estímulo a obras hídricas, inseridas em diversos programas nacionais. Assim, tanto se encontra em prática a coordenação da PNDR, como se desenvolvem mecanismos apropriados e adaptados para a implantação de projetos e programas que viabilizem a PNDR. No contexto dessa segunda linha de ação desenvolve-se a perspectiva de conferir adequação e significado das obras hídricas ao desenvolvimento regional.

Para o IIICA, o PCT tem a função de estimular cada uma das linhas de ação do MI como também o de apoiar o intercâmbio de experiências entre elas, já que tanto os objetivos gerais e a estratégia da PNDR pode e deve influenciar os programas e projetos da SPR e SCO quanto estes mesmos programas e projetos assim como as obras hídricas a cargo da SIH suscitam questões de fundamental importância para a permanente função de avaliar o alcance e adequação da PNDR.

Dessa rica troca de experiência intra-ministerial (nomeadamente SDR, SPR, SCO e SIH), observa-se a crescente possibilidade de ser configurado um modelo de gestão do desenvolvimento regional. Ao PCT coube apoiar tudo aquilo que a cooperação técnica poderia proporcionar especialmente nos aspectos operativos. Este desafio é tanto maior e mais complexo quanto mais iniciativas e frações do território nacional são incluídas como prioridade da PNDR.

O primeiro elemento da complexidade é dado pela orientação política nacional que estimula a criação e existência de espaços de participação local, sub-regional e regional, nos quais emergem, atuam e se consolidam lideranças exercidas por atores sociais reconhecidos em seus territórios de ação.

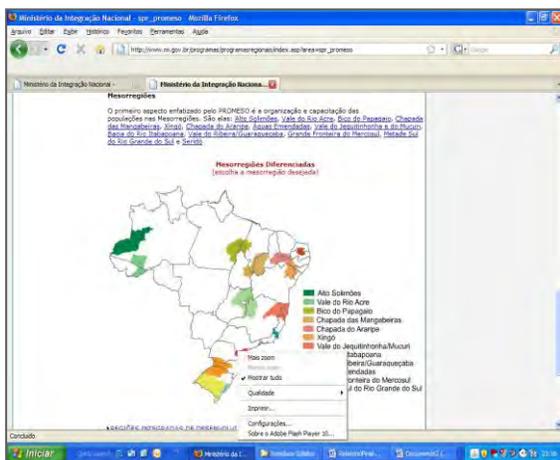
O segundo elemento da complexidade, decorrente do primeiro, é o estabelecimento de mecanismos de negociação entre os atores sociais locais organizados e o próprio Ministério, ainda que mediado por outras instituições públicas, especialmente as das esferas federativas constituídas pelos Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Por último, a complexidade se completa com um modelo que alie excelência técnica, refletida na eficiência de meios, à natureza política do desenvolvimento regional, que se traduz na participação dos atores sociais e dos beneficiários, com interlocução com o poder público.

Para tanto, há necessidade de proposições que estabeleçam instrumentos de acompanhamento e avaliação – com toda a coorte de elementos técnicos necessários a sua existência – bem como disseminação, experimentação e consolidação de metodologias aplicáveis à gestão do desenvolvimento regional que é, em última análise, o grande desafio da SPR.

Tendo presente a complexidade da missão da SPR, a cooperação técnica se envolveu em diferentes momentos na sua concepção, detalhamento, revisão, instalação, consolidação e difusão de um modelo de gestão do desenvolvimento regional, tal como atesta a lista de produtos obtidos ao longo do período neste particular.

3.1 O PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS



No âmbito do PCT foi realizado o diagnóstico de cada uma das 13 mesorregiões que conformam o PROMESO – Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais.

A partir desses diagnósticos foi formulado o Programa, que tem como objetivo promover a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do

fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

O PROMESO proporciona a inserção de ações programáticas decorrentes do exercício da transversalidade que começa a ser colocada em prática na administração pública federal, fazendo convergir esforços tipicamente setoriais para espaços territoriais definidos no âmbito das competências de integração nacional.

O Programa foi concebido de forma a que seja possível o acompanhamento da evolução dos indicadores socioeconômicos da mesorregião, permitindo que as ações governamentais possam ser permanentemente adaptadas às necessidades decorrentes do processo de desenvolvimento.

Inseridas no objetivo imediato 2 do PCT (“Fortalecer a capacidade institucional do Ministério na formulação e implantação de programas integrados de desenvolvimento”), as atividades de cooperação técnica estiveram voltadas prioritariamente para a implantação dos programas e de seus mecanismos de apoio ao desenvolvimento mesorregional.

O conjunto das mesorregiões integrantes do PROMESO não esgota as iniciativas de desenvolvimento regional da PNDR. A elas se somam as ações voltadas para as macro-regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para áreas especiais como o Semi-Árido, Área de Influência da BR-163 e Faixa de Fronteira.

3.2 PROGRAMAS MACRO-REGIONAIS

O PCT contribuiu para a elaboração dos três programas estabelecidos pelo MI: PDNE – Programa de Desenvolvimento Estratégico do Nordeste; PAS – Programa Amazônia Sustentável; e PDCO – Programa Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

PDNE para a Região Nordeste

A versão para discussão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PNDE) resulta de um esforço conjunto de sua Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e da



então Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), sendo ainda mais um dos compromissos cumpridos pelo atual governo no sentido de dar corpo à PNDR.

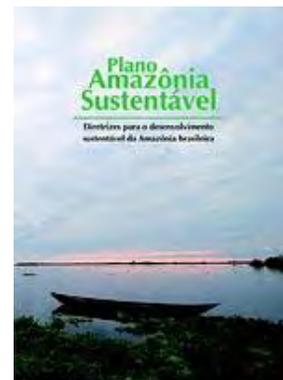
Com o PDNE, o MI pretende levar à sociedade o debate relativo à superação dos problemas e desafios que se apresentam para o desenvolvimento da Região Nordeste. Neste contexto, se insere, por exemplo, a criação da nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a implantação do Projeto São Francisco e da Ferrovia Trans-nordestina.

A versão do documento elaborada com o apoio do PCT apresenta uma proposta de estratégia de atuação baseada no diagnóstico dos principais problemas que afligem o Nordeste e procura entender as tendências econômicas, sociais, demográficas e espaciais em curso. Nessa estratégia, a região está dividida em oito sub-regiões, aproximando o planejamento da ação no território. Em seguida, define elementos de ação aliados a ações e de investimentos previstos para os próximos anos.

PAS para a Região Norte

O PAS – *Plano Amazônia Sustentável: Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira* – resulta da inserção da variável ambiental nos conteúdos do PPA para a Região Amazônica e é um resultado da ação conjunta do MI com o MMA.

Neste Plano se combina o problema da desigualdade com a potencialidade da exploração da diversidade regional, por meio da qual se incide sobre os potenciais endógenos de desenvolvimento. Inserido no PPA, o PAS aporta um conjunto de orientações estratégicas para as políticas dos governos federal, estaduais e municipais, sinalizando aos setores produtivos e à sociedade em geral os caminhos exequíveis para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.



Como Plano de Governo, o PAS aporta inovações metodológicas significativas, visto que as decisões do presidente da República, ministros e governadores ampliaram as abordagens do desenvolvimento regional nas iniciativas dos ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente.

O PAS foi levado ao conhecimento e ao debate nas capitais dos estados que compõem a Amazônia Legal em junho de 2006, em consultas públicas que envolveram a participação de cerca de 3 mil representantes dos mais diversos segmentos.

Na parte que coube ao MI coordenar, o IICA, por meio deste PCT, colaborou com a elaboração de estudos e documentos técnicos, especialmente quanto aos aspectos econômicos, ambientais, sociais e de infra-estrutura regional e urbana.

O Programa foi inteiramente concluído depois da realização de estudos preliminares e consulta à população, após o que passou à responsabilidade executiva do NAE – Núcleo de Ação Estratégica, ligado à Presidência da República.

PDCO para a Região Centro-Oeste

O *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)* foi elaborado com o intuito de orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, e preparar a região para os desafios do futuro. Neste sentido, o plano constitui referencial para negociação e implantação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade regional.



A elaboração do Plano foi uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO, do Ministério de Integração Nacional, apoiada pelo PCT. O fato de trazer uma perspectiva de longo prazo (2007-2020) desvincula-o da condição de plano do governo. Espera-se que possa compor a base estratégica para futuros governos e seus parceiros nos Estados da Região.

A participação da sociedade na formulação do Plano e na sua execução constitui a condição central para o seu sucesso; pelo fato de incorporar as expectativas da sociedade sobre o futuro da região, e pela contribuição para a construção de um "projeto coletivo" regional que ultrapassa os limites dos governos e se incorpora nas expectativas e anseios dos atores sociais.

O Plano foi elaborado como parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e do processo de reconstrução das instituições de planejamento e desenvolvimento regional no Brasil, no caso, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

O quinto capítulo é a parte central do Plano. Explicita o que será feito para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, desde os vetores de desenvolvimento até à carteira de projetos prioritários. O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implantação da estratégia. O sétimo, e último, descreve o modelo de gestão que será necessário para organizar o Estado e a sociedade na execução e monitoramento do Plano.

3.3 PDSA E NOVA DELIMITAÇÃO DA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Por sua importância e características peculiares, a região do Semi-árido brasileiro vem sendo tratada no contexto da PNDR como um caso especial. Para avaliar experiências pretéritas e propor uma abordagem consentânea com os desafios da redução das desigualdades sociais e regionais,

o MI, por meio da SDR, levou à frente duas iniciativas voltadas ao desenvolvimento desta Região. Por um lado, com o PDSA propôs uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Semi-árido. Por outro, reviu a delimitação da região como elemento de base para diversos programas governamentais que a tomam como critério eletivo de seus benefícios.¹



O *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido* (PDSA) é o primeiro plano específico para essa região. Nele, são sintetizadas as contribuições de autores e pensadores clássicos como Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e Ariano Suassuna. De igual forma, consulta-se Miguel Arrojado Lisboa, o primeiro Inspetor de Secas; Guimarães Duque, agrônomo destacado na questão do meio ambiente em terras semi-áridas; Vasconcelos Sobrinho, que trabalha os conceitos e processos de desertificação; e José Theodomiro de Araújo, José Carlos de Carvalho e

Paulo Souto, com suas experiências em prol da revitalização do rio São Francisco. Por fim, remete a Celso Furtado, como inspirador do desenvolvimento do Nordeste.

Como a primeira proposta de desenvolvimento do Semi-árido, o PDSA contempla novidades importantes. Uma delas está expressa pela estruturação de uma estratégia regionalizada, desdobrada em estratégia global e em estratégias espaciais, articulando apostas e compromissos. Neste sentido, o Plano constitui o elo indispensável de uma cadeia programática que nasce com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e caminha em direção às diversas escalas do território do Semi-árido, caso em que se coloca como um desdobramento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE).

Outra importante novidade do Plano é o conceito de “Sustentabilidade Compartida”, com a qual orienta e dá sentido ao desenvolvimento sustentável no Semi-árido. Isso porque as ações orientadas por esse conceito são entendidas como um compromisso da Nação para com a sustentação das atividades humanas nessa região, pensadas na perspectiva de um processo que não pode ficar restrito aos seus limites geográficos.

¹ Na origem do esforço voltado ao semi-árido encontrava-se o *Programa Semi-Árido Sustentável*, como parte do Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre Brasil e Espanha (1992) e do Programa de Cooperação Brasileira-Espanhola para a Cooperação no Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-sustentado da Região Semi-árida Brasileira (1999), firmado entre ambos os Governos.

Em níveis operativos mais concretos, a orientação estratégica do PDSA desemboca na definição do papel da indústria (de pequena e grande escala) e reforça a necessidade de manter e ampliar as redes de infra-estrutura, com destaque para a de infra-estrutura hídrica. Ao mesmo tempo confere prioridade às seguintes apostas: Revitalização da Bacia do Rio São Francisco; Integração de Bacias Hidrográficas; Hidrovia do São Francisco; Ferrovia Trans-nordestina; Agricultura Irrigada: Agronegócio e Revitalização de Perímetros Públicos; Energia Alternativa: Biodiesel, Gás Natural e Outras Fontes Não-fósseis de Energia; Mineração; e Refinaria da Petrobrás.

Para atender às demandas colocadas por um persistente crescimento demográfico em áreas urbanas do Semi-árido, o Plano estimula a constituição tanto de atividades urbanas em áreas rurais como de atividades rurais em sítios urbanos, acompanhando tendência observada em algumas sub-regiões do Semi-árido. Daí a configuração de um conjunto de atividades geradoras de emprego e renda em espaços urbanos, para utilizar a expressão já cunhada, em 1956, por Gilberto Freyre.

Além disso, as apostas e compromissos foram concebidos para serem postos em prática segundo as restrições e possibilidades das três Áreas Estratégicas de Desenvolvimento objeto da ação do PDSA: o Sertão Norte, o Sertão Sul e a Ribeira do São Francisco.

Por sua vez, a atualização da delimitação da área geográfica de abrangência do Semi-árido brasileiro decorreu da constatação da inadequação do critério vigente desde 1989, que levava em conta apenas a precipitação média anual dos municípios dessa região. Os conhecimentos acumulados sobre o clima permitem afirmar que a falta de chuvas não é a responsável pela oferta insuficiente de água na região, mas sua má distribuição associada a uma alta taxa de evapotranspiração. Com base nessa constatação, o MI tomou a liderança para propor, de comum acordo com outras inúmeras instituições, a revisão da delimitação do espaço geográfico dessa área, conforme atesta a Portaria Interministerial n° 6, de 29 de março de 2004. Tenha-se em conta que a delimitação é um instrumento básico para a aplicação de diversas políticas de apoio ao desenvolvimento da região.

Três critérios orientaram a nova delimitação do semi-árido brasileiro:

- a) Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;

- b) Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico, que relaciona as precipitações e a evapo-transpiração potencial, no período 1961/1990; e
- c) Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período 1970/1990.



Como resultado dos estudos, em 10 de março de 2005, o Ministro da Integração Nacional assinou, na cidade de Almenara, no nordeste de Minas Gerais, Portaria que instituiu a nova delimitação do Semi-árido brasileiro.

Além dos 1.031 municípios já considerados, passaram a fazer parte do Semi-árido outros 102 novos municípios enquadrados em pelo menos um dos três critérios utilizados. Com essa atualização, a área classificada oficialmente como semi-árida aumentou de 892.309,4 km² para 969.589,4 km².

Os 1.133 municípios que compõem a nova delimitação do semi-árido se beneficiarão de bônus de adimplência de 25% dos recursos do FNE, enquanto no restante da Região Nordeste esse percentual é de 15%. Ainda quanto ao FNE, a Constituição determina que pelo menos 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semi-árido, o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de emprego na região. Ademais, produtores rurais beneficiários do Pronaf do semi-árido têm à disposição crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos e 3 de carência. Desta forma, com a nova delimitação do semi-árido brasileiro, o Ministério da Integração Nacional evidência seu compromisso com o desenvolvimento desta sub-região, tanto no que se refere à ativação de seu potencial endógeno de crescimento econômico, como no sentido da diminuição das desigualdades regionais.

Os tópicos temáticos do semi-árido estão tratados no Objetivo Imediato 2 do *PCT*. O Produto 2.8 diz respeito aos Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável em áreas do território nacional com maior incidência de estiagem. Notadamente, este produto está dirigido ao Semi-árido nordestino.

A cooperação técnica permitiu ao MI acumular um expressivo volume de conhecimentos no caso da região semi-árida, e com isso cumpriu a condição necessária de formar uma base de dados e informações com alto potencial de apoio a ações e programas futuros.

3.4 PRORIDE

O PRORIDE – Plano Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal foi elaborado mediante um amplo processo de planejamento participativo, do qual participaram cerca de 500 pessoas entre autoridades e representantes da sociedade civil organizada dos municípios de sua área de ação.

No âmbito da RIDE, merece destaque a elaboração dos Planos Diretores dos Municípios, a elaboração do Zoneamento Econômico-Ecológico da RIDE, bem como o início da implantação da “Plataforma de Comercialização de Luziânia”, do “Pólo de Economia Popular/Agronegócio de Valparaíso” e, ainda, a consolidação da Secretaria Técnica do COARIDE.

3.5 PDFF - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

O Brasil faz fronteira com dez países na América do Sul. Esta faixa corresponde a aproximadamente 27% do território nacional (11 estados e 588 municípios) e reúne cerca de 10 milhões de habitantes.

A Faixa de Fronteira configura-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças. Isso determinou a diretriz específica de desenvolvimento dessa região na PNDR. É com uma nova visão voltada à integração e ao desenvolvimento sustentável que o PDFF passou por uma profunda mudança de valores, de estratégias e de formas de atuação.



Nesta nova conformação política, o PDFF passa a defender o fortalecimento dos processos de mudanças a partir do estímulo à formação de redes de atores locais, fortalecendo novos eixos dinâmicos da economia.

Além da articulação das políticas públicas das três esferas de poder com vistas à potencialização de resultados, o PDFF atua ainda na sensibilização dos parlamentares do Congresso Nacional para canalizar recursos oriundos de emendas ao Orçamento Geral da União como reforço financeiro à elaboração e implantação de ações de desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira.

O planejamento e a sustentabilidade do desenvolvimento dessa região especial extrapolam os limites nacionais, dependendo, portanto, de acordos bi ou multilaterais. Dessa forma, a vertente internacional do PDFF demanda articulação com o Ministério das Relações Exteriores, responsável pela política externa brasileira.

A criação e fortalecimento de Comitês de Fronteira (CF) binacionais podem representar uma ferramenta significativa para aperfeiçoar a infra-estrutura existente, assim como a integração das ações marcadas por cunho regional. Um dos objetivos mais imediatos do PDFF em sua atuação internacional é o de apoiar o Itamaraty na revitalização dos Comitês de Fronteira já existentes.

Apesar do baixo grau de institucionalização dos Comitês de Fronteira, é possível comprovar sua efetividade na fronteira do Brasil com o Uruguai com a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, instituída em abril de 2002. No caso específico, estão em andamento os trabalhos das Comissões para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM) e da Bacia do Rio Quarai (CRQ).

A ação do PCT propiciou o fortalecimento dos esforços voltados ao desenvolvimento social da faixa de fronteira (PDFF), na medida em que manteve uma equipe técnica adequada à dimensão da ação pública federal. Isso permitiu alcançar uma população historicamente carente de uma ação governamental, ao mesmo tempo em que, de forma indireta, pôde contribuir para a eficiência e eficácia da gestão pública, viabilizando um sistema de monitoramento da aplicação dos recursos naquelas regiões.

O PCT contribuiu decisivamente na reformulação do PDFF, dando ênfase à ativação das potencialidades locais e à articulação com os países vizinhos da América do Sul, tendo sido publicado no 2º semestre de 2004 o resultado deste trabalho. Além dessa contribuiu, o PCT propiciou os meios para a elaboração do Manual para elaboração de projetos para o PDFF.

O processo levado a cabo resultou na implantação de 329 projetos em 222 municípios da área de atuação do Programa. Ademais, está sendo encaminhada a elaboração dos Planos Diretores Participativos Municipais de Dionísio Cerqueira/SC e Barracão/PR, bem como de Uruguaiana/RS.

4. O PCT E AS ATIVIDADES TRANSVERSAIS DO MI

São consideradas atividades transversais as que integram as diversas iniciativas programáticas do MI, tratadas no item 2 deste Relatório.

Basicamente, tais atividades estão desdobradas em montagem e gestão de redes de informação gerencial de projetos, programas, planos e políticas; capacitação de recursos humanos para operar os instrumentos programáticos do MI; divulgação e difusão das propostas, resultados e impactos da ação pública governamental na esfera do desenvolvimento regional; estudos para a execução de obras essenciais aos programas de desenvolvimento regional; e revitalização institucional do MI.

4.1 REDES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Pelo menos 15 iniciativas relacionadas a montagem e operação de redes e sistemas de informação podem ser creditadas à ação do PCT no âmbito das diversas Secretarias do MI.

Uma parte destas iniciativas teve como destino a esfera da gestão nacional de ações, projetos e programas regionais do MI.

A outra parte esteve orientada ao atendimento de demandas de territórios específicos – o que responde à orientação de descentralização e autonomia no campo da informação – e de setores determinados.

Relativamente às ações do primeiro grupo, apoiadas pelo PCT, parte expressiva se refere à montagem e operação da Rede de Acompanhamento Regionalizado de Políticas Públicas no âmbito da SDR/MI, com início em 2003. Segundo a compreensão então dominante, o MI assumiria o papel de coordenador transversal das políticas setoriais federais. Para tanto, dever-se-ia chegar a bom termo na construção de um arcabouço teórico e de uma base de informações compatíveis com esta função. Neste sentido, foram desenvolvidas iniciativas voltadas à regionalização dos programas do Governo Federal, no sentido de explicitar a abrangência regional de cada programa, análise da articulação e complementaridade das mesmas, criando condições para a prática da articulação intergovernamental e da avaliação dos impactos sócio-econômicos e territoriais resultantes.

Diante de tal compreensão, a Rede teria de dispor de uma base de dados por grandes setores (social, ambiental, infra-estrutura e produtivo), a nível setorial (por exemplo, no grande setor social: saúde, educação, assistência social, etc.), sempre passíveis de desagregação a nível municipal, que é a menor unidade política e administrativa.

Mais tarde, veio a contribuir para esta concepção, a determinação da Presidência da República em criar o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional (SNIDR), por meio do Decreto 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Segundo o Decreto, tal Sistema deverá promover o intercâmbio de informações com os demais órgãos federais, Estados e Municípios, com o objetivo de monitorar e avaliar as ações da PNDR, dos Planos e Programas Regionais de desenvolvimento.

Segundo os relatórios de Consultoria que orientaram os trabalhos nessa área, a implantação da *Rede* seguiria os seguintes passos:

- a) Elaboração de plano de padronização detalhando as etapas para a migração progressiva da base de dados e a análise feita sobre os dados e informações existentes no acervo da CGIM.
- b) Migração preliminar: Relatório detalhando as atividades de transferência dos dados e projetos para o servidor, e identificação dos mesmos.
- c) Adequação à estrutura definida: Relatório detalhando as atividades de organização sistemática da base de dados no servidor conforme estrutura definida.
- d) Implantação de Meta-dados: Relatório detalhando as atividades de organização sistemática da base de dados no servidor conforme estrutura definida.
- e) Conversão dos *Datums*: Relatório detalhando as atividades de conversão dos *datums* da base de dados geográfica.
- f) Conversão para o formato ArcExplorer .AXL e *Layouts*: Relatório detalhando as atividades de conversão dos projetos que encontram-se em formato .MXD para o formato .AXL e *layouts* em PDF.

No mérito, a Rede abrigaria indicadores de demanda e de impacto das ações regionalizadas; indicadores de mensuração da abrangência e acessibilidade e distribuição espacial da oferta

pública de infra-estrutura e serviços; modelagem de dados cartográficos e tabulares para a organização do sistema de informações georreferenciadas da SDR/GIM, entre outros aspectos.

Ainda assim, novas iniciativas de concretizar o desejado produto viriam a ser apoiadas mais tarde. Entre elas, conta-se o levantamento, investigação e análise dos dados existentes na CGIM necessários para o desenvolvimento das atividades dos técnicos, bem como a organização sistemática da base de dados e a preparação do ambiente, definição da estrutura de armazenamento e configuração do compartilhamento, bem como a migração progressiva dos arquivos, hoje existente, para o servidor. Isso se completaria com um projeto de modelagem de um banco de dados relacional na plataforma Windows SQL Server 2000, em março de 2007.

Uma iniciativa bastante interessante da proposta original consistia em medir, por meio de indicadores, a influência da infra-estrutura sobre o desenvolvimento regional. Para tanto, se faria a regionalização de ações de infra-estrutura no âmbito dos Projetos e Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional. Neste particular, os estudos contratados tinham como objetivo geral a definição de uma série de indicadores que pudessem permitir a identificação de como as políticas e as ações na área de infra-estrutura atuam, ao longo do tempo, na geração de possíveis desigualdades no desenvolvimento regional. De outra maneira, estes indicadores identificariam as desigualdades regionais em relação à disponibilidade da infra-estrutura e, conseqüentemente, permitiriam entender as repercussões em termos econômicos e/ou sociais da infra-estrutura existente em uma região frente às outras. Para tanto, foram consideradas as infra-estruturas de telefonia, transporte rodoviária, energia elétrica.

A dificuldade para a montagem de uma equipe técnica com a mínima quantidade de membros qualificados tornou inexecutável a colocação em prática das recomendações feitas nos diversos relatórios de Consultoria proporcionados pela cooperação técnica do PCT.

Outra iniciativa paralela de sistema, esta bem mais modesta, foi desenvolvida para a SCO e se referia à implantação de uma metodologia voltada para o acompanhamento e controle de suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento do Ministério da Integração Nacional. Este sistema de acompanhamento tomava como base legal a Portaria MP nº 42, de 14/4/1999, que trata do orçamento público federal e suas categorias (função, sub-função, programa, projeto e atividade). A justificativa para a ação da cooperação técnica estava baseada na necessidade de se utilizar os recursos que são escassos da melhor maneira, bem como no

dever de prestação de contas do uso dos recursos públicos. Para a SCO, o acompanhamento e controle se configuravam como uma oportunidade de divulgação dos resultados alcançados durante o exercício fiscal, além da acumulação de informações sobre o comportamento dos recursos colocados ao seu alcance. No plano ideal o acompanhamento orçamentário considerava a possibilidade da criação e manutenção de um banco de dados.

No que se refere às ações de apoio do PCT à segunda parte das ações, as iniciativas destacáveis são as seguintes: a) Sistema de informações para a porção catarinense da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL; b) Indicadores para a Mesorregião do Xingó; c) Instalação de software livre de forma descentralizada, rede de telefonia e redes de inclusão digital, todas no Centro-Oeste; e, por último, d) Sistema de Informações para Automação, Tele-controle e tele-supervisão para Aduadoras, do Estado de Sergipe. As duas primeiras desenvolvidas para a SPR e a última para a SIH.

No caso da porção catarinense da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) propôs um sistema denominado *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – SIDMS*.

Este *Sistema* foi estruturado para permitir aos gestores públicos a tomada de decisões, baseada numa metodologia de coleta e apresentação de dados das diversas fontes oficiais que formam as dimensões de desenvolvimento. O *SIDMS* permite a importação, cadastramento e tratamento das informações coletadas, visando à construção e apresentação dos indicadores que formam o *Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)*. Além disso, o Sistema vem associado ao *Banco de Índices de Desenvolvimento Municipal Sustentável (BIDMS)*. Segundo a estratégia proposta, no primeiro momento o *Sistema* faz uso dos recursos de *hardware* disponíveis no servidor mantido pela FECAM e dedicado à Rede Catarinense de Informações Municipais (RedeCIM), instalados no *data center* da Brasil Telecom em Curitiba.

Já o trabalho de proposição de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Programas na Mesorregião do Xingó teve como objetivos:

- Implantação de um processo de construção participativa de Indicadores de Monitoramento e Avaliação junto aos gestores e técnicos;

- Sensibilização e capacitação dos envolvidos, diretamente na gestão em processos de monitoramento e avaliação;
- Concepção, desenvolvimento e implantação de um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) compatível com os requisitos de *hardware* e *software* dos Fóruns das Mesorregiões do PROMESO.
- Animação da efetiva operacionalização do SIG contribuindo para consolidação de uma cultura de gestão social

Como parte do trabalho de organização do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, a empresa contratada (K2FS Sistemas e Projetos Ltda.) para tanto propôs a instalação do sistema de dados *MESOGEO* contendo todas as informações referentes ao levantamento dos atores regionais, cadastro de todas as instituições, pessoas, entidades e órgãos participantes. O *MESOGEO* é um sistema geográfico para planejamento, contendo informações estatísticas e censitárias georreferenciadas, permitindo a geração de suas respectivas representações associadas a mapas.

Vale mencionar, ainda, o apoio do PCT proporcionado às iniciativas da SCO na instalação de *softwares* livres nas unidades do *Quiosque do Cidadão*, localizados em bibliotecas públicas, escolas e espaços comunitários em alguns municípios da região Centro-Oeste; a instalação de telefones comunitários em 16 localidades do Mato Grosso e Goiás, que envolveu o provimento de uma pequena estrutura composta de antenas, repetidoras, adaptadoras e cabos; e, também, os esforços para a formação e consolidação da *Rede Estadual de Inclusão Digital do Mato Grosso do Sul* (REID MS).

Por último, menciona-se o *Sistema de Informações para Automação, Tele-controle e tele-supervisão para Adutoras do Estado de Sergipe*. A complexidade da operação deste Sistema, face ao aumento de derivações e da incorporação de novas linhas adutoras, impôs o uso de soluções tecnológicas que aperfeiçoassem os sistemas de controle e automação existentes. Assim, os sistemas para serem mais racionalmente explorados, devem dispor de dispositivos de monitoramento mais modernos e confiáveis, que possibilitem a obtenção de dados e informações em tempo real, facilitando o processo de tomada de decisão. Essa recomendação se torna ainda mais importante quando se sabe que o Estado de Sergipe possui a maior densidade de adutoras por quilômetro quadrado de território quando comparado a outros estados.

O sistema proposto inclui novas práticas operacionais, que estão associadas a técnicas de automação, tele-controle e tele-supervisão das estruturas hídricas e equipamentos hidráulicos, controlando-os por telemetria. Quanto melhor for o controle da captação e distribuição da água menos episódios de conflitos serão verificados ao longo do ramificado sistema de abastecimento.

Estes trabalhos se encontravam bastante disseminados no âmbito da programação de atividades do PCT, tanto assim que estavam presentes em todos os quatro objetivos imediatos. No total, existiam dezoito atividades tratando do tema no PCT original. Sua distribuição é mostrada no quadro a seguir.

OBJETIVO IMEDIATO	PRODUTO	ATIVIDADES QUE PREVÊEM REDES DE INFORMAÇÃO
1º	1.1, 1.2, 1.3	1.1.1, 1.2.3, 1.2.5, 1.3.1 e 1.3.2
2º	2.1, 2.3	2.1.7, 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.3.4, 2.3.5, 2.3.6 e 2.4.5
3º	3.4	3.4.3
4º	4.1, 4.2, 4.4	4.1.1, 4.2.3, 4.2.4, 4.4.5

A rede de acompanhamento da PNDR (prevista, em especial, nas atividades 1.2.3 e 1.2.5 do Produto 1.2) teria a função de subsidiar a promoção dos programas e ações do Governo Federal, na medida em que explicita a abrangência de cada programa ou ação, analisa a articulação e complementaridade do conjunto delas e sua adequação às necessidades e aos padrões almejados. Ocorre que essas atividades foram excluídas na 3ª Revisão do PCT, permanecendo o conteúdo da atividade 1.1.1 (modificada na 1ª e 3ª Revisão).²

No caso das atividades 1.3.1 e 1.3.2, os esforços da cooperação técnica, que haviam permitido concretizar a concepção e implantação dos mecanismos de acompanhamento, revisão, avaliação, divulgação e aperfeiçoamento dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO) e de Investimentos (FINOR, FINAM e FUNRES), foram descontinuados por razões diversas.

Uma das atividades complementares do apoio do PCT à instalação e funcionamento de redes e sistemas de informação se materializava com a compra de máquinas, equipamentos e softwares profissionais para o esforço inicial de montagem da infra-estrutura de suporte ao funcionamento destas redes e sistemas de informação. Tanto assim que a maior parte dos gastos se deu nos

² A atividade 1.2.3 integrante da versão original do PCT foi excluída em sua 3ª Revisão; portanto, abandonada em 2006. Já a atividade 1.2.5, que não existia na versão original do PCT, foi nele incluída na 1ª revisão e excluída na 3ª.

primeiros anos do PCT. Dessa forma, durante 2000/2003 ocorreram 70% desse tipo de gasto. De 2004 até o final do PCT em 2009, o gasto anual com equipamentos e softwares praticamente se igualou a zero, exceto no ano de 2005, quando foram gastos 25% do total geral da categoria orçamentária. Em termos monetários, a execução financeira mostra que a categoria de gastos “Equipamentos e Aluguel” consumiu não mais do que um pouco mais de 2% do total de gastos do PCT, o que a colocou no 7º lugar entre as nove categorias do PCT.

Apesar do *start* dado pelo PCT durante o período de sua existência a essas atividades, algumas foram excluídas nas revisões do PCT e outras, mesmo tendo sido mantidas inalteradas, sofreram solução de continuidade devido à interrupção de contratos de consultores que desenvolviam essas atividades e à impossibilidade de o MI por seus próprios meios estabelecer e manter equipes técnicas qualificadas para dar continuidade aos trabalhos propostos sob a forma de consultoria.

4.2 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Por iniciativa do MI diversos eventos de capacitação foram realizados com o apoio do PCT, envolvendo Técnicos, Pessoal Auxiliar, Atores Sociais, formando e desenvolvendo capacidades. Esses eventos foram promovidos a fim de capacitar servidores públicos e representantes da sociedade civil organizada na elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento regional, em temas capazes de fornecer as bases necessárias à implantação da PNDR e de seus programas e projetos, possibilitando assim a atuação qualificada de profissionais, agentes sociais e atores na interlocução do processo de desenvolvimento regional.

Por meio do apoio do PCT, as Secretarias Nacionais do MI promoveram e administraram 64 diferentes eventos de capacitação, por meio do qual resultaram capacitadas 5.391 pessoas. Integram este conjunto de pessoas capacitadas os Gestores de Projetos e Programas das instâncias federal, estadual e municipal; Pessoal Técnico e Administrativo de apoio, como Técnicos de Informática e Secretariado; Agentes Sociais, Atores Sociais dos territórios, Autoridades Públicas, entre outros.³

Dentre as modalidades de capacitação utilizadas, predominaram os Cursos de curta, média e longa duração, vindo a seguir os Seminários e Oficinas. Enquanto os primeiros são orientados para a transmissão de novos conteúdos (como, por exemplo, geoprocessamento, informática e

³ Deste total de pessoas capacitadas, 8,9% corresponde à parcela estimada por falta de dados específicos.

computação, cartografia, gestão orçamentária e financeira), os Seminários e Oficinas são eventos destinados a discussão de determinada matéria relacionada às atividades fim do MI ou do interesse dos atores sociais dos territórios (como planejamento estratégico, barragens e outras obras hídricas, piscicultura, biodiesel, recriação da SUDENE, Sudam e Sudeco, Programa do Semi-árido, etc).

Também foram promovidas outras modalidades de capacitação de recursos humanos como Reuniões Técnicas, Reuniões de Trabalho, Congressos, Painéis, Conferência, Fóruns, Simpósios, Expedições e Diálogos. Maiores detalhes poderão ser encontrados no anexo correspondente.

Mais uma vez nessa área de atuação, houve a ocorrência de eventos interamericanos e internacionais como, por exemplo, o Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais, Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Urbano em Cidades Fronteiriças, o Seminário Internacional de Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas à Luz das Experiências da União Européia e Brasil; Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Água e os Cursos Internacionais de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, que se detalha a seguir.

Relativamente a este último tipo de evento, foram promovidos sete cursos internacionais de *Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local*, para 322 participantes, dos quais 58% do Nordeste, sendo o restante distribuído uniformemente pelo Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O Norte teve apenas 2 representantes. Estes eventos envolveram o ILPES (Instituto de Planejamento Econômico e Social para a América Latina e o Caribe), da CEPAL, com participação de professores da Argentina, Chile e Colômbia.

Os cursos, de 120 horas-aula, foram realizados de forma descentralizada no Distrito Federal e nos estados da Bahia, Minas Gerais, Piauí, Pernambuco, Ceará e Santa Catarina, entre 2006 e 2008. Como parte integrante da proposta dos cursos, as atividades de capacitação se entrelaçaram com programas da SPR em andamento ou com atividades expressivas nos estados.

O evento de Brasília contou com a participação da Prefeitura Municipal de Formosa, município vizinho ao Distrito Federal, para o qual foi desenhada uma estratégia de desenvolvimento.

Na Bahia, o curso abriu espaço para discutir a interação entre cultura e desenvolvimento, tendo os municípios de Cachoeira e São Félix como a base territorial para a aplicação dos conceitos.

Em Minas Gerais, o curso assumiu a discussão do processo de desenvolvimento da região estadual do Alto Paraopeba, onde predomina a atividade minero-siderúrgica. Para tanto, o curso contou com a parceria da Codap (Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba) e de várias prefeituras mineiras.

No caso do Piauí, o curso teve como foco a *Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina* (Ride Grande Teresina). Na ocasião, foi criado o Conselho Administrativo da Ride Grande Teresina (Coaride).

Em Pernambuco, o tema central de análise no curso foram as atividades do pólo fármaco-químico estabelecido no município de Goiana. O MI teve como parceiros, nessa ocasião, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado, a Hemobrás e algumas prefeituras dos municípios em torno do referido pólo.

No Ceará, o trabalho prático do curso contemplou vários municípios que integram a *Região do Médio Jaguaribe*.

O curso em Santa Catarina foi realizado em parceria com o *Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira com o MERCOSUL* e com a *Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina* (Amosc). Resultou do curso uma proposta de estratégia de desenvolvimento para dois municípios brasileiros e um município da República Argentina, o que aponta para a possibilidade de interação com o *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*.

4.3 DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO DO TEMA DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A ação do PCT na esfera do avanço do conhecimento em desenvolvimento regional esteve voltada para a publicação de livros e de outros materiais sobre o tema; o intercâmbio de idéias e experiências nacionais e estrangeiras; e, a divulgação dos resultados obtidos pelo MI com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e seus programas, projetos e ações.

Algumas vezes, a publicação é mencionada neste item sem, entretanto, trazer consigo maiores detalhes e a ilustração correspondente. Neste caso, o objeto já foi mencionado e tratado na parte própria deste Relatório.

Publicações para a SDR

Nessa área teve destaque a publicação de livros, boletins, programas, painéis e cartilhas, como se mostra a seguir.

- Livro 1: *Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil* - Clélio Campolina Diniz, organizador.

SUMÁRIO DO LIVRO

A QUESTÃO TERRITORIAL DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS MUNDIAIS

- Política regional em uma economia global
- Globalização e desenvolvimento regional endógeno: algumas observações exógenas
- Desenvolvimento territorial, bem-estar e crescimento: razões em favor das políticas regionais
- A exclusão e o local: tempos e espaços da diversidade social
- Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial



AS LIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

- Políticas espaciais europeias
- Planejamento territorial na União Européia: competição/integração/ inovação
- As fronteiras nos processos de integração supranacional: a experiência da União Européia e as lições para a América Latina
- Território e planejamento: a experiência europeia e a busca de caminhos para o Brasil

OS DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

- Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea.
- O desafio de planejar com instrumentos limitados: aparato institucional débil, recursos financeiros escassos, recursos humanos instáveis
- Questão regional e urbana no Brasil: alguns impasses atuais
- Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível?

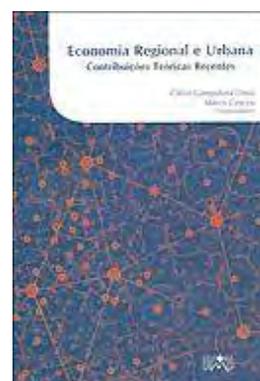
- Ciclos de expansão e desequilíbrios regionais de desenvolvimento no Brasil

DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- A Política Brasileira de Desenvolvimento Regional e o ordenamento territorial
- Programas de mesorregiões diferenciadas: subsídios à discussão sobre a institucionalização dos programas regionais no contexto da PNDR
- A ação do Banco do Nordeste no contexto do desenvolvimento regional.

- Livro 2: **Economia Regional e Urbana; Contribuições Teóricas Recentes** - Clélio Campolina Diniz e Marco Crocco, organizadores.

Reúne artigos de Carlos Antonio Brandão, Clélio Campolina Diniz, Eduardo José Monteiro da Costa, Fabiana Santos, Francisco de Oliveira, Lízia de Figueiredo, Marco Crocco, Maria Abadia da Silva Alves, Mauro Borges Lemos, Pedro Silveira Bandeira, Ricardo Machado Ruiz, Roberto Luís Monte-Mór e Rodrigo Simões.



- Livro 3: **Experiências Internacionais de Planejamento Regional: Lições para o Brasil Boletim Regional: Órgão informativo da PNDR**

O Boletim Regional foi idealizado como um veículo informativo da PNDR. Cede suas páginas para apresentação de novas idéias, enfoques e abordagens da questão regional; noticia as novidades acadêmicas, técnicas e institucionais sobre a evolução do tema no Brasil e no mundo, divulga o conteúdo de projetos e programas do Governo Federal, Estadual, Municipal e algumas experiências bem sucedidas de gestão; fornece dados estatísticos sobre a realidade regional, bem como dá publicidade a atos significativos da gestão do MI na esfera do desenvolvimento regional. Foram publicados 7 números do Boletim Regional entre janeiro de 2006 e julho de 2008. Cada número do Boletim Regional tem uma tiragem regular de 2-3 mil exemplares impressos. Excepcionalmente, a tiragem é aumentada para atender propósitos



determinados do MI. Além da versão impressa em papel, o Boletim Regional é encontrado no site do MI (www.integracao.gov.br). Em vários números impressos, é adicionado um CD com arquivos de bases de dados estatísticos, legais e institucionais de interesse da comunidade de leitores, o que democratiza o acesso a dados essenciais do desenvolvimento, especialmente para a sociedade que vive nos territórios dos projetos e programas da PNDR.

ExpoRegiões

Uma vez definida institucionalmente a PNDR, coube à SDR fazer com que a Política fosse difundida e conhecida entre os Gestores e Autoridades Públicas bem como entre os Atores e Agentes Sociais instalados nos territórios dos diversos programas do MI.



Para tanto, a SDR lançou em 2006 uma ação destinada à difundir e divulgar a PNDR, o que veio a se concretizar como *ExpoRegiões: Construindo um País de Todas as Regiões*. O uso inicial desta ferramenta se deu em 23 de março de 2006, por ocasião do Seminário Internacional “Políticas de Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios à Luz das Experiências da União Européia”. A partir de então, tornou-se itinerante e seus stands, nos diversos Seminários e Congressos, foi visitada por mais de 2 mil pessoas.

As *ExpoRegiões* divulgaram a PNDR e seus instrumentos de redução das desigualdades regionais nos seguintes eventos e locais:

Durante estes eventos por meio das *ExpoRegiões* o MI distribuiu ao público:

- 500 exemplares do Boletim Regional 01
- 500 exemplares do Boletim Regional 02
- 300 exemplares do Boletim Regional 03
- 1.800 folders da *ExpoRegiões*
- 800 folders da PNDR
- 600 Sumários Executivos da PNDR

- 1.600 CD da *ExpoRegiões*
- 900 pôsteres da *ExpoRegiões*
- 250 Catálogos da *ExpoRegiões*.

EVENTO	REALIZAÇÃO	DATA	LOCAL
Fórum da Mesorregião Grande fronteira do MERCOSUL	Secretaria de Programas Regionais (SPR)	22-23/08/2006	Chapecó-SC
Seminário de Políticas Públicas para o Semi-Árido	Secretaria Executiva (SECEX)	27-28/11/2006	Recife-PE
Salão Nacional dos Territórios Rurais	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	30/11-01/12/2006	Brasília-DF
Expo Brasil Desenvolvimento Local		6-8/12/2006	Salvador-BA
X Colóquio Internacional sobre Poder Local	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	11-13/12/2006	Salvador-BA
II Seminário Integrasul: Políticas de Desenvolvimento para a Região Sul	Secretaria de Programas Regionais (SPR)	26-27/4/2007	Erechim-RS
1º Módulo do 2º Curso do Programa de Capacitação para o Desenvolvimento Regional	Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR)	28/03-01/06/2007	Belém-PA

Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém.

Na elaboração deste Plano, foi levada em consideração uma série de propostas de diversos setores da sociedade, apresentadas em consultas públicas e audiências públicas do EIA-RIMA relativas à pavimentação da rodovia. Destaca-se a participação dos governos estaduais do Mato Grosso, Pará e Amazonas, de prefeituras municipais e de diversos segmentos interessados da sociedade civil na sua área de abrangência.



A rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) atravessa uma das regiões mais importantes da Amazônia do ponto de vista do potencial econômico, diversidade biológica, riquezas naturais e diversidade étnica e cultural. A percepção das vantagens de escoar a crescente produção agrícola do Norte de Mato Grosso, pelos portos de Miritituba (próximo à Itaituba) ou Santarém, tornou o asfaltamento da BR-163 uma obra estratégica para o

desenvolvimento regional e nacional. A pavimentação da BR-163 é também defendida pelos movimentos sociais na expectativa de que a obra dinamize a economia local de Municípios com graves problemas sociais, escassez de emprego, serviços sociais precários e infra-estrutura

incipiente. O Plano BR-163 Sustentável está baseado na premissa de que é possível conciliar o crescimento econômico e integração nacional com a justiça social e a conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Este Plano é uma iniciativa pioneira no planejamento integrado para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, e é concretização da implantação das diretrizes do PAS.

Em resumo, os documentos impressos e divulgados pela SDR com apoio do PCT, são os seguintes:

- Documento básico da PNDR
- Sumário Executivo da PNDR
- PDNE: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI
- PDSA: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido
- Cartilha da Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro
- Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 - Cuiabá–Santarém
- Painéis da Expo-Regiões, da SDR: Edição bilíngüe (português-inglês) para uso no Brasil e em eventos na sede da União Européia.
- Plano Amazônia Sustentável: Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira

Publicações Preparadas para a SPR

Cartilha sobre os Programas de Desenvolvimento Regional: A SPR coordena três programas com iniciativas voltadas para a reversão do quadro de desigualdade e de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações. São eles:

- **PROMESO:** Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
- **CONVIVER:** Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido



- PDFF: Programa e Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

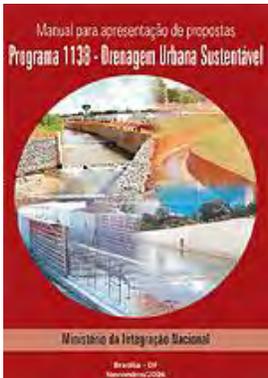
Em razão de reorientação programática do Governo Federal o Programa de Organização Produtiva de Comunidades (**Produzir**) foi inserido nos três programas da secretaria, que absorveram também as ações do antigo Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões (**Promover**).

Depois de sofrer uma revisão para adaptar às novas condições, foi publicada uma nova versão do PDFF – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, que foi objeto de comentários no item 3.5 deste Relatório.

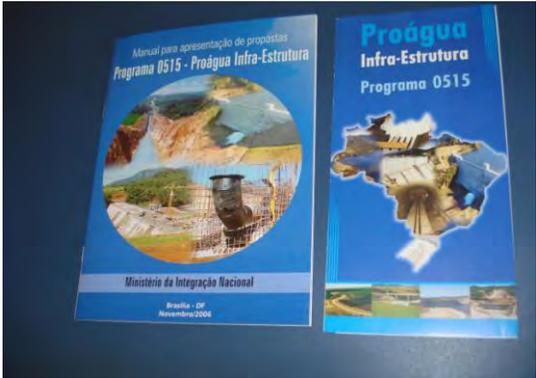
Publicações Preparadas para a SCO

A principal publicação foi o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), comentado no item 3.2.3 deste Relatório.

Publicações Preparadas para a SIH

Diretrizes Ambientais para Projeto e Construção de Barragens e Operação de Reservatórios	Manual para apresentação de propostas para o Programa Drenagem Urbana Sustentável	Folder sobre o Programa Drenagem Urbana Sustentável
		

Manual de Preenchimento da Ficha de Inspeção de Barragem	Manual de Segurança e Inspeção de Barragens	Manual de Preenchimento da Ficha de Cadastro de Barragem
		

PRÓ-ÁGUA - Programa Infra-estrutura	Projetos de Barragens e Segurança de Barragens
	

4.4 ESTUDOS DE OBRAS HÍDRICAS EM APOIO AOS PROGRAMAS DO MI

A interligação de bacias hidrográficas permite um maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água.

O maior projeto dessa natureza é o PISF – Projeto de Integração da Bacia do rio São Francisco com as do Nordeste Setentrional. Nesse particular, o PCT colaborou com os esforços do MI, por

intermédio da SIH, apoiando dois projetos; o que trata do levantamento de dados e encaminhamento da desapropriação de áreas necessárias às obras bem como o do que trata da identificação de sítios arqueológicos ao longo do trajeto dos canais e sua correspondente qualificação e recolhimento ao acerto nacional do Iphan, assim como de atividades educacionais ligadas às desdobertas junto aos alunos das escolas situadas na região.⁴

Afora o PISF, existem diversas outras iniciativas de mesma natureza de intervenção hídrica, que visam a melhoria do acesso e gestão da água. Nesses casos, o processo de trabalho tem início com a identificação da demanda, que pode ser estadual ou municipal. A partir desse ponto, a SIH se apóia no PCT para providenciar estudos, pesquisas e propostas dirigidos à definição de viabilidade dos empreendimentos pretendidos. Dessa forma, o PCT colabora na identificação do problema e na construção de uma solução viável. Uma vez terminado esse tipo de trabalho, o MI repassa seus resultados aos demandantes para que possam encaminhar, por seus meios, a implantação da desejada solução. Relativamente a essa linha de ação do PCT foram concluídos os seguintes trabalhos, contratados a empresas especializadas:

- Plano de Integração das Bacias Hidrográficas de Alagoas - Aproveitamento da infraestrutura existente, Irrigação e Saneamento Básico da Zona Semi-árida Estadual.
- Estudo de viabilidade do Plano de Interligação do Canal do Sertão Alagoano com os sistemas de adutoras regionais de Alagoas.
- Estudo de Reversão das Águas da Vertente Litorânea para o Cariri do Estado da Paraíba.
- Elaboração dos estudos de viabilidade para implantação do sistema adutor no Estado da Paraíba
- Projeto do Eixo de Integração Piranhas/Açu com o Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte.
- Plano de Integração das Bacias Hidrográficas do Piauí (etapas II e III).

⁴ O artigo *A Integração de Bacias sob a Ótica do Desenvolvimento Regional*, de autoria do Secretário da SIH/MI, João Reis Santana Filho, trata não só dos pontos centrais do debate público como explica a inserção do referido Projeto no escopo do desenvolvimento regional definido pela PNDR, tornando-se, por isso, um bom exemplo da condução da Política Pública neste particular. Este artigo foi publicado no nº 5, do Boletim Regional, Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, referente ao quadrimestre setembro/dezembro de 2007, que pode ser consultado na página www.integracao.gov.br. Ademais, informa-se que o Boletim Regional é patrocinado pelo PCT desde seu primeiro número.

- Modelo organizacional de gestão hídrica do Estado de Rondônia e do Plano Diretor dos Recursos Hídricos da Bacia Piloto do Rio Machado.
- Projeto executivo do sistema de informações para automação, tele-controle e supervisão do sistema de adutoras do Estado do Sergipe.
- Projeto básico e de viabilidade ambiental do barramento no Rio Piraí, no Estado do Rio Grande do Sul.
- Projeto de desenvolvimento de um modelo institucional de gestão para operação de dragas.
- Diagnóstico, cadastramento e avaliação do Programa Público Hidro-agrícola de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

4.5 REVITALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MI

As ações apoiadas pelo PCT relativas ao restabelecimento e revitalização das Instituições Vinculadas ao MI são consideradas fundamentais para que o Ministério recupere sua capacidade operativa, delegando parte de suas competências a essas Instituições, que exercem suas funções legais de forma descentralizada e, que por essa via, podem potencializar o alcance da PNDR.

A expectativa a partir da reabilitação desses organismos é que venham a se constituir em elementos destacados na implantação da PNDR e de seus programas e projetos, de forma a, consistentemente, reduzir as desigualdades regionais e viabilizar os potenciais produtivos.

Os estudos com vistas à concepção, formulação e implantação de instrumentos institucionais de desenvolvimento regional foram de extrema validade para dar conteúdo técnico à demanda política de recriação da Sudam (Objetivo Imediato 1; Atividade 1.1.1), que ficou plasmada na Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

O PCT contribuiu de forma direta com recursos e pessoal qualificado para levar avante estudos e proposições, que culminaram com a promulgação da Lei Complementar nº 126, de 3 de janeiro de 2007, que importou na recriação da SUDENE, tal como estabelecido no seu Objetivo Imediato 1; Atividade 1.1.1.

Os esforços técnicos propositivos para a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste foram levados a bom termo, estando à consecução final e definitiva do objetivo na dependência da aprovação legislativa da matéria no Congresso Nacional (Projeto de Lei Complementar nº 184, de 2004, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação).

A matéria foi aprovada pelo Congresso e enviada à sanção presidencial. Nesta instância, assumiu a denominação de LCP 129, de 2009. Na ocasião, o Presidente da República após veto parcial à matéria (Veto nº 3, de 2009) tendo, por isso, voltado ao Congresso. Segundo relatório de tramitação, em 8 de junho de 2009, o veto estava no Serviço de Apoio às Comissões Mistas do Congresso Nacional.

5. O PCT E ALGUMAS AÇÕES COMPLEMENTARES DO MI

5.1 A NORMATIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS CORRELATOS

As seguidas reformas administrativas na área federal, iniciadas na segunda metade dos anos 80 do século passado; intensificadas na década dos 90 e complementadas depois da promulgação da Constituição Federal, a partir do ano de 2000, criaram uma espécie de vácuo em algumas atividades de apoio do Governo Federal. Este é caso, precisamente, das obras de infra-estrutura que o Governo deixou de realizar diretamente e passou à iniciativa privada.

Nessa passagem, o importante tema da regulação foi desconsiderado, o que causou inúmeros problemas de contratação e execução de obras incluídas em projetos e programas governamentais de desenvolvimento regional.

Tendo presente esse quadro, a SIH/MI tomou a seu cargo normatizar o tema, de forma a que se obtivesse como resultado, especificações técnicas, legais, orçamentárias e financeiras, para as decisões de contratação e execução de obras pela iniciativa privada. Esses produtos dão suporte à gestão de estudos, projetos e concorrências das obras.

Dado o certo despreparo na história recente, provocado pela sucessão de reformas administrativas, que se estenderam por mais de quinze anos, esse se tornou um ponto frágil no arcabouço institucional atual, que mereceu ser reforçado, de forma a permitir a consolidação de conhecimentos especializados na área de projetos de barragens, açudes, poços, adutoras e drenagem urbana.

5.2 O CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA

O MI em articulação com o Ministério da Ciência e Tecnologia implantou em Manaus o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Coube ao MI a responsabilidade de implantar as instalações do referido Centro, de forma a habilitá-lo a receber os equipamentos e as equipes técnicas e administrativas. Uma vez concluída essa etapa, a responsabilidade de seu funcionamento passou ao MCT.

O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) foi criado no âmbito do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade – PROBEM, inscrito no Primeiro PPA-

Plano Plurianual do Governo Federal, o qual foi somente instituído em 2002 pelo Decreto no. 4.284, sendo seu Conselho representado por três ministérios: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior - MDIC, Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, e Ministério do Meio Ambiente - MMA.⁵

O PROBEM/Amazônia é uma iniciativa conjunta da comunidade científica, do setor privado, do governo federal, e dos governos estaduais da Região Amazônica e visa: contribuir para o desenvolvimento da bioindústria no país e em especial na região amazônica; atuar fortemente na geração de conhecimento e transferência de tecnologia de ponta, mediante diversas modalidades de parcerias com instituição de pesquisa e o setor privado; e contribuir para diversificação da estrutura produtiva da Zona Franca de Manaus, no que se refere à ampliação das oportunidades de investimento na região.

O CBA é um Centro que, por meio da inovação tecnológica, deve criar condições para o desenvolvimento ou aprimoramento de processos e produtos da biodiversidade amazônica.

⁵ Fonte: site do CBA

6. OS BENEFICIÁRIOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA

“A distribuição da população no espaço mostra a persistência da concentração ao longo do litoral e em torno das metrópoles urbanas. Ao adensamento litorâneo se contrapõe a existência de áreas com níveis de densidade populacional muito baixo, com destaque para a Amazônia, o Centro-Oeste e parte do semi-árido nordestino. A heterogeneidade não se repete nas Regiões Sul e Sudeste, com exceção do norte de Minas Gerais e da metade sul do Rio Grande do Sul. Este padrão de ocupação do território vem sendo lentamente alterado pelo processo de crescimento populacional das duas últimas décadas. As taxas de crescimento da população hoje observadas indicam um lento, porém constante e marcante, processo de interiorização de população”.

“A análise das características socioeconômicas da população revela um padrão territorial diferenciado. O contraste litoral versus interior é reforçado por um contraste norte/sul bem marcado, em que se ressaltam diferenças regionais marcantes e desfavoráveis ao Norte e ao Nordeste, tanto no que tange ao nível de educação quanto ao grau de urbanização ou rendimento médio domiciliar. No entanto, quando se examina o mapa do dinamismo econômico, expresso pelas taxas de crescimento do PIB per capita na década de 90, nota-se uma trajetória distinta entre áreas predominantemente agrícolas e grandes centros urbanos. Enquanto o Brasil rural cresceu a taxas aceleradas, com destaque para a fronteira da agricultura tecnificada no Cerrado, as áreas industrializadas ficaram estagnadas”.

“Em síntese, a análise indica:

- *Em todas as macrorregiões do país a coexistência de sub-regiões dinâmicas, competitivas, com elevados rendimentos relativos médios e de sub-regiões com precárias condições de vida e traços de estagnação;*
- *A presença de dinâmicas microrregionais demográficas e de crescimento do PIB que assinalam um perfil territorial disperso, num contexto de baixo crescimento econômico agregado do país, de taxas cadentes de expansão natural da população;*
- *A persistência de um padrão macrorregional expressivo de diferenciação das principais variáveis, destacando-se a distância básica que ainda divide essencialmente o Norte e o Nordeste do Sul e Sudeste, com o Centro-Oeste aproximando-se destas últimas macrorregiões;*
- *A distância extrema de níveis de rendimento e outras variáveis apresentadas pela Amazônia e semi-árido nordestino, que inclui parte do norte de Minas Gerais”.* 6

⁶ Excerto da PNDR (Item: Análise da Realidade Regional Brasileira Atual)

Como consequência, a PNDR precisa atuar em diversas escalas, com destaque para os níveis sub-regionais, que tanto revelam contrastes extremos como oferecem trajetórias de desenvolvimento bastante distintas.

Os recursos do PCT se dirigiram, no primeiro momento, de forma direta ao MI, por sua atuação na esfera estratégica da ação pública voltada ao desenvolvimento regional e ordenamento territorial. Em seguida, os recursos passaram a ser compartilhados com esforços nas diversas escalas do território, de forma a implantar, de forma descentralização, a PNDR.

A partir desse posicionamento é legítimo afirmar que existe um beneficiário institucional e outro programático, que se articulam para atingir o objetivo do desenvolvimento regional e ordenamento territorial.

O beneficiário institucional direto e imediato da ação de cooperação técnica é o MI no seu todo. Já o beneficiário programático igualmente direto e imediato é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que se desdobra em distintas escalas, pelo território das macro-regiões brasileiras.

Na medida em que o Ministério se estrutura em Secretarias, cada uma delas, sempre e quando atua com a própria Política ou com seus desdobramentos na forma de Planos, Programas e Projetos, converte-se, igualmente, em beneficiárias do PCT. Nesse sentido, durante o período de vigência da cooperação técnica – 16 de junho de 2000 a 31 de março de 2009 – foram beneficiárias diretas do PCT a SDR, SPR, SIH e SCO.

Além das Secretarias, órgãos da esfera da administração pública, o MI conta com entidades vinculadas, como a Codevasf, DNOCS, SUDENE e Sudam. Na medida em que essas entidades atuam em conjunto na operacionalização do mandato legal do Ministério, as mesmas se incluem como beneficiárias da cooperação técnica, sempre e quando o PCT comparece com recursos e serviços para implantação das medidas destinadas a apoiar a implantação da PNDR.

Embora não haja vinculação administrativa com o MI, instituições federais como o Banco da Amazônia, BNB, Banco do Brasil e BANDES são alcançadas pela ação do PCT naqueles momentos e situações em que essas instituições atuam na implantação e execução de instrumentos financeiros de apoio à PNDR.

Na arquitetura federativa, os Governos dos Estados e do Distrito Federal, bem como nomeados municípios, além do caso especial do BANDES e BDMG, são beneficiários do PCT todas as vezes que o MI os aciona para que atuem em consonância para a implantação da PNDR.

Do ponto de vista programático, o eixo da cooperação técnica é a PNDR com seus desdobramentos. Nesse particular, a Política se desdobra em duas vertentes. Por um lado, pela via programática estão os Programas, Planos e Projetos. Por outro, os instrumentos de apoio, como os sistemas de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Caso particular do desdobramento programático da Política são os Fundos de Investimento, constituídos pelos:

- a) Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO);
- b) Fundos de Desenvolvimento Regional (FNDE e FDN); e,
- c) Fundos Fiscais de Investimento (FINOR, FINAN, FUNRES).

O conjunto de beneficiários se completa com a inclusão dos “beneficiários difusos”, representados pelos atores sociais – individuais e coletivos – e a própria população das regiões em que atua o Ministério e suas organizações vinculadas.

A propósito desse tipo de beneficiários, os dois grupos referidos destacam-se quanto à forma de inserção nesse conjunto que aqui se caracteriza. Os atores sociais são sujeitos da construção dos instrumentos de operacionalização da Política, na medida em que participam ativamente das discussões em fóruns, seminários, grupos de trabalho destinados à formulação de estratégias, escolha de prioridades, alocação de recursos e *modus operandi* desses instrumentos daquela Política. Por seu turno, o beneficiário mais difuso é o cidadão brasileiro residente nas áreas de atuação da Política, aquele que vivencia o impacto da alocação de recursos canalizados institucionalmente por meio de seus instrumentos (obras públicas, serviços essenciais, novos empregos, aumento de renda e melhoria das condições de vida em geral).

7. FATORES QUE AFETARAM O DESEMPENHO DO PCT

O PCT originalmente tinha vigência estabelecida para o período de 16.06.2000 a 31.12.2003. Além de alguns problemas, conveniências operacionais levaram à necessidade de considerar ajustes progressivos, o que ficou configurado em quatro revisões da versão original do PCT. Algumas dessas revisões afetaram seu conteúdo; outras foram de acréscimo orçamentário e, finalmente, de prorrogação de prazo.

Um dos principais eventos que interferiu no desempenho do PCT foi a absorção dos efeitos do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre a Advocacia Geral da União e o Ministério Público do Trabalho, que tratou da participação de profissionais a serviço de Organismos Internacionais na Administração Pública em caráter continuado. Os efeitos da implantação da TAC se sentiram a partir do mês de julho de 2002, com a dispensa quase integral da força de trabalho permanente a serviço da cooperação técnica.

Por esse efeito, o contexto da situação no 1º semestre de 2003 foi anômalo, não sendo possível classificá-lo de positivo ou negativo. A intervenção do Ministério Público do Trabalho na regulamentação da cooperação técnica internacional foi legitimamente exercida, corrigiu rumos e aperfeiçoou a ação dos Organismos Internacionais, entre os quais o IICA, criando um novo e seguro paradigma para a cooperação técnica prestada à Administração Pública Federal.

Em segundo lugar, no momento da 1ª Revisão do PCT, ocorrida em 22 de outubro de 2001, havia uma expectativa otimista quanto à melhoria de seu desempenho, principalmente ao se considerar a inserção das ações do MI no PPA 2000/2003, o que criava algumas condições favoráveis à evolução das atividades, de acordo com o cronograma estabelecido.

Contrariando tal expectativa, uma série de obstáculos ocorridos no período inicial do PCT passou a influenciar negativamente seu desempenho, destacando-se, dentre outros, o contingenciamento dos recursos orçamentários e os severos cortes nas dotações, decorrentes dos problemas conjunturais da economia nacional.

A conjunção dessas situações reduziu e, em muitos casos, até mesmo inviabilizou o desempenho das ações programadas, fazendo com que restasse apenas a alternativa de se reexaminar todo o PCT, com o propósito de recuperar seus produtos, compatibilizando-os às reais demandas do MI.

Frente a esse conjunto de problemas, sua superação foi obtida em parte pela qualidade do suporte profissional e da mútua compreensão institucional, o que permitiu a substituição do pessoal permanente pela contratação de trabalhos por produto junto a profissionais e empresas qualificadas.

É de justiça mencionar que os problemas emergentes e as conseqüentes revisões do PCT original não se deram apenas pelos motivos já mencionados.

A ênfase no crescimento conjugado com a distribuição de renda estabelecida pelo Governo Federal; a novidade representada pelo *status* nacional da PNDR – impondo novos compromissos e posturas –; e a afirmação do MI como interlocutor qualificado para um sem-número de ações da órbita federal constituíram um feixe de compromissos que ao tempo da formulação do PCT original mal tinham se manifestado.

Dessa forma, as revisões representaram um aprendizado de uma nova dinâmica de ação governamental sintonizada com o desejo da sociedade pelo crescimento com distribuição de renda e oportunidades. Daí, aproveitar as revisões para, periodicamente, reexaminar o PCT em seu conjunto, umas vezes para rever seus produtos e ações; outras, para introduzir novidades da ação pública federal na esfera do desenvolvimento regional, antes impensáveis.

Os fatores, positivos e negativos, que afetaram o desempenho do *PCT* se dividem entre controláveis e incontroláveis.

Os fatores controláveis são aqueles que, uma vez identificados, podem (puderam) ser objeto de atuação por parte do comando do *PCT* instalado no MI e na Representação do IICA no Brasil. O mais importante fator controlável de efeito negativo ocorreu na fase de programação da cooperação técnica e teve a ver com a dificuldade de fixar as prioridades do MI, na medida em que ocorria a transição entre a SEPRE e o MI.

Já os fatores incontroláveis dizem respeito aos que fogem à competência gerencial do comando do PCT no âmbito do MI e da Representação do IICA no Brasil. Para manejá-los no interesse do PCT a capacidade gerencial é bastante reduzida.

Como primeiro e mais importante exemplo de fator incontrolável negativo estão o contingenciamento orçamentário praticado pelo Governo Federal e as trocas de comando do MI

bem como de suas Secretarias. Tanto num caso como no outro, se engendra um processo de descontinuidade das ações de cooperação técnica, como dos efeitos percebidos. Por um lado, sem prejuízo do conteúdo das ações de cooperação técnica, aumentam os atrasos na obtenção dos resultados. Por outro lado, tais fatos geradores de alteração, implicam na revisão quando não na eliminação de determinadas atividades, de forma irrecuperável. Concretamente, nesse último caso, ocorreram encerramento de atividades pelo corte orçamentário que daria suporte ao trabalho de diversos consultores.

Nesse particular, uma das características dos projetos de cooperação técnica com longos períodos de execução, como é o caso do presente PCT, é a possibilidade de enfrentar ao longo de sua existência mudanças de orientação e, com isso, alteração das prioridades estabelecidas no seu início.

A bem da verdade esclarece-se que as revisões dos projetos de cooperação técnica, em termos gerais, além do caráter retificador de prioridades, tanto podem reduzir quanto aumentar os recursos a sua disposição. No caso concreto, o PCT que ora se encerra, é um exemplo da necessidade de revisões impostas pelo longo período de execução – afinal foram quatro revisões – assim como de acréscimo aos recursos inicialmente definidos, como pode ser verificado no item em que se comenta as questões orçamentárias e financeiras.

Tanto num caso como no outro, é importante que a memória do PCT abrigue elementos que permitam o desenho de estratégias alternativas que minimizem os impactos negativos dos fatores controláveis e incontroláveis, assim como incorpore como elemento integrante da próxima geração de PCT os fatores controláveis positivos. Ainda assim, por se tratar de uma ação orgânica, extremamente dependente da conjuntura política, econômica e social do País, a cooperação técnica experimentalá avanços e recuos próprios de um meio em constante alteração.

Em função da incidência destes dois fatores, porém mais acentuadamente dos incontroláveis, foram procedidas quatro revisões ao longo do período de vigência do PCT. Em termos sintéticos, as revisões tiveram as seguintes características:

Ao longo de seu período de execução, o PCT sofreu quatro Revisões com o objetivo de adequá-lo à realidade institucional do MI e a novas prioridades emergentes do processo de trabalho.

A **1ª Revisão** foi firmada em 22 de outubro de 2001 para atender problemas emergentes decorrentes da inexistência de estrutura regimental, de orçamento inadequado às atribuições ministeriais, bem como da criação da Secretaria Extraordinária do Centro-Oeste. Para tanto, foi criado o Objetivo Imediato 4 por desmembramento dos Objetivos Imediatos 1 e 2, denominado “Fortalecer a Capacidade Institucional do Ministério na formulação e implantação de Políticas de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste”. Ademais, foram criados dois novos Produtos no Objetivo Imediato 2, denominados: a) Ações de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS); e, b) Proposta de ação sobre programas estruturantes dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e seus impactos no processo de desenvolvimento regional e nacional.

Outra questão que conduziu ao ajuste do PCT nessa revisão decorreu da suspensão das ações do Programa Semi-Árido Sustentável, então em andamento. Outro segmento que recebeu modificações foram os “Estudos e Projetos necessários à Integração da bacia do rio São Francisco”, reunidos no Produto 3.2. Em decorrência dos ajustes acertados nessa revisão, o incremento de recursos do PCT foi de R\$17.169.260,00, a partir de 2001.

A **2ª Revisão** data de 15 de abril de 2004. Nesse caso, a revisão se justificou porque as ações introduzidas na 1ª revisão dependiam de um cenário econômico que não se confirmou, do que resultou contingenciamento e corte de dotações orçamentárias. Disso resultou que o desempenho do PCT ficou bastante aquém da dimensão que lhe foi atribuída, como evidenciam os quase 50% de saldo orçamentário em 31 de dezembro de 2003, no limite de sua conclusão.

A expectativa de superação desses problemas e a necessidade de se contar com a contribuição das ações do PCT para o fortalecimento institucional do Ministério, notadamente das Secretarias envolvidas com a problemática do desenvolvimento e integração nacional, indicaram que a melhor estratégia era a que importava em prorrogar a vigência do PCT até 31 de dezembro de 2007. A extensão do prazo teve como propósito atender às demandas existentes, assentadas nas diretrizes e estratégias governamentais para a integração regional programadas no Plano Plurianual para o período 2004/2007.

Ressalte-se, ainda, que em obediência ao Termo de Ajuste de Conduta, firmado entre a Advocacia Geral da União e o Ministério Público do Trabalho, em julho de 2002, os recursos ainda alocados à rubrica Pessoal Permanente Nacional destinavam-se a cobrir gastos a esse título até julho de 2004, de acordo com o que está estipulado no referido Termo de Revisão.

A 3ª Revisão, de 22 de novembro de 2006, enfatiza as expectativas frustradas assinaladas nas duas Revisões anteriores e agrega novas demandas decorrentes da dinâmica que envolve as questões do desenvolvimento regional. Merece menção que nessa oportunidade atendeu-se à determinação do art. 22, da Portaria nº 433, de 22 de outubro de 2004, do Ministério das Relações Exteriores, por meio da qual se promoveu ajuste do Termo de Cooperação Técnica.

Especificamente com relação à base programática, as mudanças realizadas foram assim resumidas:

- Objetivo Imediato 1 – entre as alterações saliente-se a incorporação da PNOT, cuja proposição inicial demanda grandes esforços de natureza conceitual e de articulação com a PNDR.
- Objetivo Imediato 2 – Foram incluídos dois novos produtos: 2.8, “Programa de desenvolvimento integrado e sustentável em áreas do território nacional com maior incidência da seca”; e 2.9, “Programa de promoção e inserção competitiva de atividades econômicas em espaços sub-regionais dinâmicos”. No Produto 2.3 (Sistemas de Informações Geoeconômicas e Sociais) as atividades 2.3.1 e 2.3.3 foram modificadas para melhor adequar-se a nova estratégia de intervenção no espaço territorial e as melhorias no processo de gestão, respectivamente. Por sua vez, a exclusão da atividade 2.5.3 (criação de uma Rede Nacional de Ordenamento Territorial) deve-se ao fato das ações de ordenamento territorial terem passado da competência da SPR para a SDR.
- Objetivo Imediato 3 – Inclusão do Produto 3.4, “Instrumentos de análise e avaliação de obras hídricas públicas”. O Produto 3.2, “Estudos e pesquisas necessários aos Programas de Integração e/ou Revitalização de Bacias Hidrográficas, em situação de vulnerabilidade ambiental”, não conseguiu passar da fase de elaboração do projeto executivo, devido, principalmente, a questões de natureza político-administrativas. Entretanto na 3ª Revisão verificou-se uma profunda revitalização das suas atividades. Já os Produtos 3.1 (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado e Sustentável do Semi-Árido Brasileiro) e 3.3 (Programas de Biotecnologia da Amazônia e do Nordeste) foram excluídos por não ter sido viabilizado o Acordo com o Governo da Espanha, pela incompatibilidade com as prioridades do Ministério e a necessidade de não limitar as ações em área específica.

O aporte adicional de recursos foi no valor de R\$23.436.315,00.

A **4ª Revisão**, de 11 de dezembro de 2007, tomou como balizamento a impossibilidade de atendimento ao cronograma de execução física, tendo adotado a extensão do prazo do PCT para 31 de dezembro de 2008, a fim de concluir e consolidar os estudos e pesquisas iniciados, realização de eventos de capacitação técnica e outras iniciativas técnicas em diferentes temas:

- integração e revitalização de bacias hidrográficas;
- gestão de recursos hídricos;
- fortalecimento institucional;
- capacitação de agentes públicos e atores sociais locais;
- integração de políticas públicas, desenvolvimento regional e ordenamento territorial;
- fundos constitucionais de investimento;
- programas e planos de desenvolvimento regional;
- planejamento de obras hídricas, mesorregiões prioritárias, fóruns de desenvolvimento, planos diretores, projetos produtivos, planos estratégicos de desenvolvimento.

Por último, ocorreu a prorrogação do PCT de 31 de dezembro de 2008 a 31 de março de 2009, de forma a permitir que diversas ações em curso pudessem ser encerradas tanto em relação aos produtos contratados quanto em relação às prestações de conta.

8. SÍNTESE FINAL DAS REALIZAÇÕES

A possibilidade do entrelaçamento de diversos saberes: o saber acadêmico, que aporta a vanguarda do pensamento intelectual; o saber institucional, que dá a medida das possibilidades da implantação de ações pelos governos segundo o modelo federativo implantado no Brasil; e o saber popular, que é portador da vontade dos cidadãos, age e interage com os demais saberes, oferecendo, em muitos casos, alternativas inovadoras e de maior impacto.

A menção a produtos e resultados não é para que tudo seja creditado à ação do PCT. Isso é um despropósito que aqui não se persegue. É para deixar registrado que o PCT esteve presente, deu seu apoio e colaboração para que a missão do MI fosse cumprida. Ainda assim, muitas iniciativas não conseguem lograr os resultados esperados por uma série de fatores. De qualquer maneira, é importante notar que a ação do PCT não ficou restrita à sede do MI nem foi integralmente dirigida à sua estrutura de gestão. Inumeráveis são os exemplos de que os profissionais e empresas contratadas com recursos do PCT desenvolveram seus trabalhos em campo, junto a produtores, líderes, atores sociais representativos e destinatários finais da Política Regional do MI.

Igualmente, o material técnico e institucional produzido, por meio da difusão e distribuição foi interiorizado ao ser encaminhado a associações, fóruns, cooperativas, sindicatos, agências bancárias, prefeituras municipais, órgãos da Administração Estadual e Federal, universidades, escolas, etc. Com isso, o PCT apóia a difusão e divulgação não só da Política Regional como de seus instrumentos.

No caso dos treinamentos, as diversas listas de participantes de cursos, encontros e oficinas apoiadas pelo PCT deixa ver que inúmeros profissionais de diferentes estados foram beneficiados pela capacitação. Embora a capacitação não se converta imediatamente em resultados paupáveis, a médio e longo prazo seu efeito se faz notar. Os indicadores de que a qualificação dos recursos humanos proporciona resultados está, por exemplo:

- Na compreensão de que os problemas nacionais, como o desenvolvimento regional depende, em larga escala, da interação dos governos e da sociedade civil, que, em geral, importam em descentralização e interiorização;

- No avanço na compreensão dos problemas e potencialidades da ação pública voltada ao desenvolvimento regional;
- Na melhoria qualitativa da formulação de propostas e projetos de desenvolvimento local, organização popular, seleção de alternativas, etc.
- Na melhor adequação de projetos de financiamento encaminhados aos agentes financeiros regionais e nacionais;
- Na interiorização de empresas, ONG, OSCIP, associações voltadas ao desenvolvimento local, territorial e regional.

Ao lembrar o esforço da interiorização, não se pode deixar de enlaçar essas iniciativas com as que ultrapassam as fronteiras do País. O caso do entendimento do Brasil com a União Européia permite divisar uma área de trabalho de grande potencial. A atuação conjunta do MI com o IICA, por meio deste PCT, permitiu conectar experiências locais, por exemplo, do Semi-árido Nordeste com outras experiências locais de alguns países da União Européia. Esse intercâmbio de idéias, por meio de seus executores e atores sociais permite a comparação e desta comparação os questionamentos sobre a adequação e a possibilidade de transferência de conhecimentos. Sem prejuízo de outras formas de interação, que passam pela indústria e pelo comércio, esse intercâmbio é extremamente dinâmico e rico de significados, especialmente, entre povos que apresentam um *background* cultural assemelhado.

O exercício permanente de gerir e cuidar da execução do PCT deixa as seguintes lições da contribuição da cooperação técnica:

- a) Fortalecimento do MI no cumprimento de sua missão, extensivo às suas entidades vinculadas.
- b) Reconhecimento do *status* de Política Nacional do Desenvolvimento Regional.
- c) Criação de uma rede de formulação e acompanhamento dos planos e programas ligados à temática do ordenamento e desenvolvimento territorial, com foco na integração regional, incluídas as instâncias estadual e municipal da federação brasileira.

A partir de uma amostra representativa de 124 produtos contratados a Empresas e Consultores individuais durante a vigência do PCT, a SIH assumiu praticamente 30% das contratações, vindo a seguir, SDR, com 29%; SPR, com 26%; e SCO, com 16%.

Em termos de distribuição regional, a Região Nordeste lidera com 44% dos produtos contratados; vindo em seguida o Centro-Oeste, com 22%; Sudeste, com 19%; e Sul e Norte, cada uma com 7%. Estes resultados merecem dois comentários. O primeiro informa que grande parte dos produtos destinados à região Sudeste se referem às áreas desta Região que integram a área do Semi-árido e, portanto, passíveis de serem computadas como Nordeste. Neste caso, seguramente, a Região Nordeste ultrapassaria, com folga, os 50% de contratação de produtos. Na verdade, os produtos destinados à região Sudeste se destinam tão somente ao Vale do Caraguaquecetuba, em São Paulo; e ao Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. O segundo esclarece que dos valores mostrados se referem à metade dos produtos identificados. Os demais foram destinados ao fortalecimento institucional da estrutura de Gestão Nacional de Projetos e Programas do Ministério da Integração Nacional. Há duas justificativas para esta situação: a) o PCT entrou em vigência por ocasião da estruturação do MI; por isso, dirigiu uma parte considerável de sua ação a este fortalecimento institucional; b) parte expressiva desse fortalecimento beneficia indiretamente todas as regiões na medida em que a melhor qualificação do MI permite estabelecer melhores padrões de prestação de serviço aos territórios da PNDR.

Considerada apenas a contratação de serviços especializados de empresas (para as quais a amostra compõe-se de 73 empresas), de novo as regiões mais beneficiadas foram Nordeste e Centro-Oeste, vindo a seguir, Sul, Sudeste e Norte, nessa ordem.

Também neste caso, houve destinação dos produtos à esfera nacional da Gestão de Projetos, Programas e Ações da PNDR e que, por sua natureza, tendem a beneficiar o conjunto das regiões do país.

Considerados os números disponíveis por Secretaria, SCO (37%), SPR (27%) e SIH (23%), as Secretarias dedicadas à operação dos Projetos e Programas da PNDR, aparecem com o maior número de contratações, 37%, 27% e 23%, respectivamente. Os restantes 13% foram de responsabilidade da SDR.

ANEXOS

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DO MI

Aspectos Históricos do MI

O MI tem suas origens nos tempos coloniais, quando D. João V criou a Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino. No Império veio a ser denominada de Secretaria de Estado dos Negócios do Império e na República, de Secretaria de Estado dos Negócios do Interior.

Em 1967, o então Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi desmembrado, do que resultou o Ministério do Interior, o qual assumiu as atividades da antiga Secretaria e as atribuições do Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, cargo criado em 1964.

Entre 1990 e 1999, o Ministério do Interior sofreu inúmeras transformações. Em 1990, foi extinto, sendo suas atribuições transferidas à Secretaria de Desenvolvimento Regional, no âmbito da Presidência da República. Em 1992, esta Secretaria foi extinta, dado lugar ao Ministério da Interior. Já em 1995, o Ministério Interior foi extinto e em seu lugar foi criada a Secretaria Especial de Políticas Regionais (SEPRE).

A Medida Provisória nº 1.795,⁷ de 1º de janeiro de 1999 – que alterou dispositivos da Lei nº 9.649, de 1998 e do Decreto 2.923, de 1º de janeiro de 1999 – transferiu para a SEPRE as competências do Ministério do Meio Ambiente referentes às obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica. Pela referida Medida Provisória, a SEPRE passou a vincular-se à Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo da Presidência da República e a ela foram vinculadas a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

⁷ A Medida Provisória nº 1.795, de 1999, deu origem, sucessivamente, entre outras, às seguintes medidas provisórias: 1.799, de 1999; 1.911, de 1999; 1.999, de 2000; 2.049, de 2001; 2.123, de 2001; 2.143, de 2001; 2.216, de 2001; 103, de 2003. Ao fim do processo de tramitação legislativa, a matéria foi aprovada sob a denominação de Lei nº 10.683, de 29/05/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Aspectos Institucionais Relevantes do MI

- *O Ministério e a Reforma do Estado*

A Constituição Federal de 1988, na qualidade de marco legal da mais alta expressão do direito no País, consagrou um modelo de divisão das funções entre Estado e Sociedade, em que fica clara a opção pelo primado da iniciativa privada.

Embora as reformas administrativas já viessem sendo implantadas anteriormente à promulgação da atual Constituição Federal, elas tomaram ímpeto com este Diploma Legal, como são exemplos as reformas administrativas implementadas pelos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

A Medida Provisória nº 1.911-8, de 28 de julho de 1999, criou, mediante transferência das competências da SEPRE, o Ministério da Integração Nacional, sendo a ele vinculados o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Codevasf, a SUDENE e a Sudam. Essas duas autarquias, por sua vez, foram extintas, dando lugar, respectivamente, às Agências de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e Amazônia (ADA), pela Medida Provisória nº 2.145, de 2 de maio de 2001, que também criou os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) em substituição aos Fundos de Investimentos Regionais.

Em 14 de julho de 2006, o MI teve aprovada sua atual estrutura regimental, mediante o Decreto nº 5.847, e seu Regimento Interno pela Portaria MI nº 436, de 28 de fevereiro de 2007.

Em 3 de janeiro de 2007, mediante as Leis Complementares nº 124 e 125, foram recriadas a Sudam e a SUDENE, respectivamente. Em consequência dessas alterações foram extintas, mediante os Decretos nº 6.198 e 6.199, de 28 de agosto de 2007, a Adene e a ADA, respectivamente.

- *A Missão do Ministério da Integração Nacional*

As atuais competências legais do MI são as seguintes (Artigo 27, XIII, da Lei nº 10.683, de 2003):

- Formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;
- Formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- Estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;

- Estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea “c” do inciso I, do artigo 159 da Constituição Federal;
- Estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- Estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- Acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- Defesa civil;
- Obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica;
- Formulação e condução da política nacional de irrigação;
- Ordenação territorial; e
- Obras públicas em faixas de fronteiras.

O mandato central do Ministério é o de formular, institucionalizar e executar a PNDR, que tem como objetivos a redução das desigualdades regionais; a promoção da eficiência e competitividade com equidade social, além da integração dos espaços regionais para o fortalecimento da economia nacional e o enfrentamento das tendências de fragmentação socioeconômica do país, decorrentes do processo de globalização, em um contexto socioeconômico heterogêneo e desigual no país.

A PNDR dedica atenção às desigualdades regionais do País de forma combinada com a busca pela exploração dos potenciais de desenvolvimento das regiões, buscando explorar sua diversidade social, econômica e cultural.

A PNDR estabelece novas premissas para o desenvolvimento regional brasileiro. Destacam-se o caráter nacional da proposta e o engajamento dos atores locais e instâncias subnacionais de governo, com a mobilização dos diversos grupos de interesse e atores sociais na base territorial. A

Política envolve outras áreas afins e o núcleo de coordenação do Governo e vai além dos limites de atuação do MI. A PNDR se desenvolve em múltiplas escalas geográficas de intervenção.

De igual forma, o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos Fundos Constitucionais de Financiamento ofereceram subsídios ao MI para efetuar correções e aperfeiçoamentos nas condições operacionais dos Fundos, podendo-se citar, entre outros, a ampliação do número de atividades assistidas com a criação de novos programas de financiamento.

Dentre as atuais prioridades destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um dos grandes desafios do Ministério é a execução do Projeto de Integração de Bacias do rio São Francisco, com o qual se pretende melhorar as condições de vida das populações que vivem nas porções do semi-árido nordestino sob a influência do referido Projeto.

Em termos gerais, o financiamento do desenvolvimento regional no Brasil conta com instrumentos diversos, a exemplo do Orçamento Geral da União e dos entes federativos, bem como dos Fundos Constitucionais de Financiamento, dos Fundos de Desenvolvimento Regional e dos incentivos fiscais.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento atendem as grandes regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sendo os principais instrumentos de fomento às atividades produtivas desenvolvidas nestas regiões. Ao MI cabe estabelecer diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos à luz da PNDR e as normas para a operacionalização dos programas de financiamento.

Já os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE) são administrados, respectivamente, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste que financiam empresas constituídas na forma de sociedade por ações (S/A), aptas a emitir debêntures.

Quanto aos incentivos fiscais, estes são concedidos para empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e SUDENE, em diversas modalidades, com destaque para o incentivo de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis concedidos aos empreendimentos que se instalam, ampliam, modernizam ou diversificam, desde que pertencentes a setores prioritários para o desenvolvimento regional.

Em termos organizacionais, o MI se compõe de seis Secretarias, a saber:

- Secretaria Executiva
- Secretaria de Infra-estrutura Hídrica
- Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
- Secretaria Nacional de Defesa Civil
- Secretaria de Programas de Desenvolvimento Regional
- Secretaria de Desenvolvimento do Centro-oeste

São entidades vinculadas ao Ministério da Integração Nacional:

- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam);
- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA);
- Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

- ***Estrutura Programática do MI***

Os Programas e Ações do MI que são objeto das ações do *PCT*, agrupados por Secretaria, são os seguintes:

Programas e Ações da Secretaria de Programas Regionais

- Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido (CONVIVER)
- Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO)
- Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (PROMOVER)
- Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

- Região Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina-PE e Juazeiro-BA

Programas e Ações da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica

- Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
- Programa Drenagem Urbana Sustentável
- Programa Eficiência na Agricultura Irrigada
- Programa Integração de Bacias Hidrográficas
- Programa Proágua Infra-estrutura
- Programa Proágua Semi-árido
- Programa Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

Programas e Ações da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste

- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF)
- Espaço Sub-regional da Mesorregião de Águas Emendadas
- Espaço Sub-regional da Faixa de Fronteira
- Ações da SDO no Centro-Oeste.

Programas e Ações da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional

- Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PCT

Objetivos Imediatos, Produtos e Atividades

Os Objetivos Imediatos, Produtos e Atividades do *PCT* correspondem ao que consta da 3ª Revisão do PCT, exceto nos casos em que há indicação de procedimento diverso lançado na coluna 'Observações'. O espaço vazio nessa coluna indica que o Produto ou a Atividade permaneceram inalteráveis durante a execução do *PCT*. A fonte das observações são os quatro Relatórios de Progresso

OBJETIVO IMEDIATO 1 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MI NA FORMULAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
1.1 – Mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional, concebidos e implantados		
	1.1.1 – Realizar e publicar estudos e implantar sistema de informações em apoio ao planejamento regional e à PNOT	Modificada nas 1ª e 3ª Revisões
	1.1.2 – Participar do processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional em espaços regionais e sub-regionais do Norte e do Nordeste e demais macro-regiões brasileiras	Modificada na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	1.1.3 – Conceber e implantar sistema em rede de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas/ações do MI, estruturados em planos estratégicos e programas sub-regionais, bem como de políticas e planos de outros ministérios, cuja ação tenha repercussão regional significativa	Modificada nas 1ª e 3ª Revisões
	1.1.4 – Capacitar recursos humanos envolvidos na concretização do produto	
1.2 – Proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional e respectivo Sistema de Informações, elaborados e implantados		
	1.2.1 – Realizar e publicar estudos para subsidiar a elaboração e gestão da PNDR	Modificada na 3ª Revisão
	1.2.2 – Realizar eventos para a difusão e aprimoramento da PNDR	Modificada nas 1ª e 3ª Revisões
	1.2.3 – Conceber e implantar sistema de informação de apoio ao Planejamento Regional	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	1.2.4 – Capacitar recursos humanos envolvidos na concretização do Produto	
	1.2.5 – Realizar estudos e desenvolver sistemas para o monitoramento, avaliação e revisão das Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, elaborando relatórios ou documentos para serem disseminados aos grupos-meta específicos	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	1.2.6 – Formular proposta para desdobramento da PNDR nas escalas macrorregionais e mesorregionais	Incluída na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
1.3 – Mecanismos e instrumentos de acompanhamento, revisão, avaliação, controle, divulgação e aperfeiçoamento dos Fundos Constitucionais, dos Fundos Fiscais de Investimentos (FINOR, FINAM, FUNRES) e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE) concebidos e implantados		
	1.3.1 – Conceber e implantar mecanismos de acompanhamento, revisão, avaliação, divulgação e aperfeiçoamento dos Fundos Constitucionais	Modificado na 3ª Revisão
	1.3.2 – Conceber e implantar mecanismos de acompanhamento, revisão, avaliação, controle, divulgação e aperfeiçoamento dos Fundos Fiscais de Investimentos (FINOR, FINAM, FUNRES) e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE) e das emissões de laudos constitutivos de incentivos fiscais	Modificada na 3ª Revisão

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
	1.3.3 – Capacitar recursos humanos envolvidos na concretização do produto	Incluída na 1ª Revisão e modificada na 3ª Revisão
1.4 – Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Instrumentos Afins elaborados		Incluído na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	1.4.1 – Elaborar estudos e pesquisas visando a subsidiar a formulação e gestão da PNOT, bem como de seus instrumentos legais, técnicos e financeiros	Incluída na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	1.4.2 – Promover eventos visando a mobilização social e a difusão de idéias, critérios e orientações associados à PNOT	Incluída na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	1.4.3 – Elaborar pesquisas visando subsidiar estudos institucionais sobre impactos socioeconômicos e ambientais, no âmbito da PNOT	Incluída na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	1.4.4 – Capacitar recursos humanos em políticas públicas territoriais, especialmente naquelas envolvidas com a PNOT	Incluída na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08

OBJETIVO IMEDIATO 2 – FORTALECER A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO MI NA FORMULAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS INTEGRADOS DE DESENVOLVIMENTO

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
2.1 – Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável das Mesorregiões Brasileiras implantado		Modificado na 3ª Revisão
	2.1.1 – Elaborar estudos de identificação, caracterização e mapeamento de Mesorregiões Brasileiras	Modificada na 3ª Revisão
	2.1.2 – Propor modelos para identificação e desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais de cada mesorregião	Modificada na 3ª Revisão
	2.1.3 – Estabelecer suporte institucional para viabilizar as articulações das ações governamentais e privadas	
	2.1.4 – Mobilizar instrumentos diretamente a cargo do MI para o desenvolvimento de cadeias produtivas, tecnologicamente competitivas, para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento social das mesorregiões.	
	2.1.5 – Identificar, apoiar e divulgar experiências de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, de formar a tornar mais eficazes as ações propostas	Excluída na 1ª Revisão; convertida em Produto 2.6; duração como atividade: 16/06/00 a 22/10/01
	2.1.6 – Fomentar ações de capacitação dos agentes envolvidos no gerenciamento da implantação e operacionalização dos projetos	
	2.1.7 – Conceber e implantar um sistema de informação gerencial capaz de dinamizar as ações das diversas instituições envolvidas no programa	
	2.1.8 – Analisar e avaliar o desenvolvimento regional do País, focado nas relações entre as Mesorregiões e entre estas e o restante da economia brasileira	Incluída na 1ª Revisão; duração de 22/10/01 a 31/12/08
2.2 – Programa de Desenvolvimento Estratégico e Sustentável para a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, elaborado e implementado		Convertido em Objetivo Imediato 4 na 1ª Revisão
2.3 – Sistema de Informações Geoeconômicas e Sociais concebido e implantado		
	2.3.1 – Montar banco de dados com cobertura nacional, de preferência articulado com o MPO, com informações econômicas e sociais, desagregadas por municípios, estados, microrregiões (especialmente os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento), mesorregiões e macrorregiões	Modificada na 3ª Revisão
	2.3.2 – Montar banco de dados utilizando as informações da RAIS com cobertura nacional, regional e setorial, abrangendo as variáveis “número de estabelecimentos” e “emprego”, para o setor formal da economia	Modificada na 1ª Revisão
	2.3.3 – Conceber e montar banco de dados de acompanhamento dos programas e projetos da SPR incluídos no PPA, em articulação com a Diretoria de Gestão Interna, Orçamento e Administração do Ministério e a SDR	Modificada na 3ª Revisão
	2.3.4 – Montar banco de dados sobre projetos de investimento privados no setor industrial	
	2.3.5 – Conceber e montar sistema de documentação computadorizado sobre desenvolvimento regional compreendendo: bibliografia e revistas especializadas,	

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
	recortes de jornais e documentos específicos	
	2.3.6 – Implantar cadastro de entidades vinculadas às políticas e programas de desenvolvimento regional e da base de dados sobre Contas Nacionais	Modificada na 1ª Revisão
	2.3.7 – Promover a capacitação de recursos humanos envolvidos na concretização do produto	
2.4 – Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteiras, elaborado e implementado		
	2.4.1 – Elaborar documento contendo orientações estratégicas e definição de critérios de prioridade para a alocação de recursos, evidenciando as interfaces do programa com outros programas e ações do Ministério e de outros órgãos federais, com vistas à realização de trabalhos conjuntos, inclusive com países fronteiriços	Na 1ª Revisão, fundida com as atividades 2.4.2 e 2.4.4; duração original de 16/06/00 a 22/10/01
	2.4.2 – Elaborar documento sobre as interfaces do Programa com outros programas e ações do MI e de outros órgãos da Administração Federal e documentos sobre a realidade dos municípios da Faixa de Fronteira, incluindo cadastro das entidades públicas e privadas envolvidas	Na 1ª Revisão, excluída em decorrência da fusão com 2.4.1.
	2.4.3 – Conceber ações de desenvolvimento regional na faixa de fronteira, mapeando as ações implementadas e indicando novas, em consonância com a atual Política de Integração Nacional	Modificada na 1ª e 3ª Revisões
	2.4.4 – Realizar estudo destinado a identificação de oportunidades de realização de programas conjuntos de desenvolvimento regional com países fronteiriços, com a identificação de projetos de complementação produtiva, visando fortalecer a integração regional continental e apoiar a implantação dos programas de desenvolvimento das mesorregiões	Excluída em decorrência da fusão com 2.4.1 por ocasião da 1ª Revisão
	2.4.5 – Conceber e implantar sistema de acompanhamento e avaliação dos investimentos realizados pelo Programa	Incluída na 1ª Revisão; duração de 22/10/01 a 31/12/08
2.5 – Instrumentos para o Zoneamento Ecológico-Econômico, concebidos e implantados		
	2.5.1 – Elaborar os planos técnicos, financeiros, institucional e operacional, contendo as atividades de avaliação e definição de metodologia, técnicas e planejamento operacional e orçamentário do Programa, bem como de sua viabilização financeira e institucional	
	2.5.2 – Promover a cooperação técnica para o Zoneamento Ecológico-Econômico, nos estados da Federação, bem como nas mesorregiões brasileiras e na RIDE	Modificada nas 1ª e 3ª Revisões
	2.5.3 – Elaborar e implantar, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente, o Projeto de criação de uma rede nacional de ordenamento territorial, envolvendo as instituições com tarefas semelhantes, promovendo o mapeamento da situação atual dessas instituições	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
2.6 – Ações de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), concebidas e implementadas		
	2.6.1 – Identificar experiências exitosas de DLIS para efeito de implantação como modelo de gestão descentralizada, consolidando-as em documento a ser elaborado	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	2.6.2 – Definir as áreas de interesse para o desenvolvimento das ações, identificando as parcerias possíveis para efeito de articulação, inclusive com a sociedade civil organizada	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	2.6.3 – Identificar os principais instrumentos técnicos, financeiros e operacionais que darão suporte às ações a serem implementados pela SPRI	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
2.7 – Proposta de ação sobre programas estruturantes dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento e seus impactos no processo de desenvolvimento regional e nacional, elaborada e implementada		
	2.7.1 – Identificar e caracterizar programas estruturantes, mediante o acompanhamento e avaliação dos investimentos públicos e privados realizados no âmbito dos Eixos	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	2.7.2 – Identificar projetos complementares, especialmente aqueles evidenciados por ocasião da execução dos programas de desenvolvimento integrado e sustentável de mesorregiões diferenciadas que reforcem a articulação intra e inter-regionais dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	2.7.3 – Identificar oportunidades de realização de programas conjuntos com países fronteiriços, a partir dos investimentos previstos nos eixos, com o objetivo de reforçar o processo de integração continental	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
2.8 – Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável em áreas do território nacional com maior incidência de seca, concebido		Incluído na 3ª Revisão; duração 22/11/06 a 31/12/08
	2.8.1 – Realização de pesquisas e estudos analíticos para subsidiar a elaboração de projetos visando a dinamização econômica em sub-regiões com maior incidência de seca	Incluída na 3ª Revisão; duração 22/11/06 a 31/12/08
	2.8.2 – Estudos visando a identificação de tecnologias e seleção de projetos de desenvolvimento da base econômica em empreendimentos vinculados às cadeias produtivas, capazes de alavancar em bases sustentáveis o processo de desenvolvimento	Incluída na 3ª Revisão; duração 22/11/06 a 31/12/08
	2.8.3 – Promover a capacitação de recursos humanos na elaboração e implantação em projetos de desenvolvimento sustentável	Incluída na 3ª Revisão; duração 22/11/06 a 31/12/08
2.9 – Programa de Promoção e Inserção Competitiva de Atividades Econômicas em Espaços Sub-regionais Dinâmicos, concebido		Incluído na 3ª Revisão; duração 22/11/06 a 31/12/08
	2.9.1 – Realizar estudos e elaborar projetos relacionados ao aproveitamento das potencialidades endógenas em diversas escalas espaciais, visando à inserção social e econômica em espaços sub-regionais, definidos	Incluída na 3ª Revisão; duração 22/11/06 a 31/12/08
	2.9.2 – Promover a capacitação de especialistas em atividades mercadológicas	Incluída na 3ª Revisão; duração 22/11/06 a 31/12/08

OBJETIVO IMEDIATO 3 – FORTALECER A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO MI NA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
3.1 – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado e Sustentável do Semi-árido Brasileiro, elaborado		Excluído na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	3.1.1 – Detalhar o documento de projeto do Programa Semi-árido Sustentável, definindo os parâmetros técnicos e operacionais e os arranjos institucionais necessários à sua implantação	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	3.1.2 – Elaborar o Manual de Operações do Programa e contribuir para a elaboração, de forma participativa, dos projetos estaduais a serem contemplados pelo Programa	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	3.1.3 – Implementar ações de desenvolvimento institucional necessárias à concretização do produto	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
3.2 – Estudos e Pesquisas necessárias aos programas de integração e/ou revitalização de bacias hidrográficas, em situação de vulnerabilidade ambiental, elaborados		Modificado na 3ª Revisão
	3.2.1 – Supervisionar e acompanhar os estudos de viabilidade, de inserção regional, do meio ambiente e de impacto ambiental e cartográficos, bem como a elaboração do Projeto Básico, necessários à transposição do rio São Francisco	Constava do PCT; não mencionada na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	3.2.2 – Implementar as ações de desenvolvimento institucional necessárias à concretização dos produtos	
	3.2.3 – Acompanhar os estudos e ações relativas aos projetos básico e executivo, ao cadastramento, à desapropriação e assentamento das populações afetadas pelo Projeto, aos estudos socioeconômicos e ao financiamento do empreendimento	Incluída na 1ª Revisão e modificada na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	3.2.4 – Operacionalizar a organização das audiências públicas, incluindo a preparação e implantação dos programas básicos ambientais do Projeto	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	3.2.5 – Supervisionar e acompanhar a elaboração dos estudos de viabilidade técnica e econômica e de impacto ambiental, relativos ao Projeto de Integração entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins, no Estado de Tocantins	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	3.2.6 – Supervisionar e acompanhar a elaboração dos estudos de viabilidade técnica e econômica e de impacto ambiental, relativos ao Projeto de Integração entre as bacias dos rios São Francisco e Canindé/Piauí no Estado do Piauí	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06
	3.2.7 – Participar do processo de articulação institucional do MI junto aos estados e órgãos governamentais, com vistas a compatibilizar as ações relativas à implantação do Projeto	Incluída na 1ª Revisão; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	3.2.8 – Supervisionar e acompanhar o processo de gerenciamento dos estudos e projetos voltados à revitalização do rio São Francisco	Incluída na 1ª Revisão e excluída na 3ª Revisão; duração de 22/10/01 a 22/11/06

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
	3.2.9 – Elaborar estudos e projetos para a integração e/ou revitalização de bacias hidrográficas	Incluída na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	3.2.10 – Capacitar recursos humanos envolvidos na atividade de integração e/ou revitalização de bacias hidrográficas	Incluída na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
3.3 – Programas de Biotecnologia da Amazônia e do Nordeste, implantados		Excluído na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	3.3.1 – Realizar a supervisão técnica e a fiscalização da construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	3.3.2 – Realizar estudos para elaboração de dois projetos para a utilização sustentável de várzea da Região Amazônica e para a criação do PROENE – Programa Biotecnológico para o Nordeste	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
	3.3.3 – Implantar ações de desenvolvimento institucional necessárias à concretização do Projeto	Excluída na 3ª Revisão; duração de 16/06/00 a 22/11/06
3.4 – Instrumentos de Análise e Avaliação de Obras Hídricas Públicas, concebidos, institucionalizados e implantados		Incluído na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	3.4.1 – Realizar o levantamento de dados e informações de obras hídricas implantadas pelo Governo e elaborar um diagnóstico visando conhecer o estado atual de toda a infra-estrutura com relação a suas deficiências	Incluído na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	3.4.2 – Elaborar o Manual Técnico Operacional e a respectiva cartilha, contendo os procedimentos técnicos exigíveis para construir obras hídricas e operar os sistemas implantados	Incluído na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	3.4.3 – Conceber e implantar o banco de dados georreferenciado e sobre custos padrões para obras hídricas	Incluído na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	3.4.4 – Conceber e disseminar metodologias de ponta para avaliar, na dimensão de sub-bacia hidrográfica, a viabilidade técnica, econômica e ambiental, de projetos de infra-estrutura hídrica	Incluído na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08
	3.4.5 – Elaborar e implementar programa de capacitação de recursos humanos do setor público, que serão envolvidos com o desenvolvimento do programa de integração de obras hídricas	Incluído na 3ª Revisão; duração de 22/11/06 a 31/12/08

OBJETIVO IMEDIATO 4 – FORTALECER A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO MI NA FORMULAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
4.1 – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste implementado, monitorado, acompanhado e avaliado		Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.1.1 – Conceber e implantar sistema de acompanhamento, monitoramento, gestão e avaliação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.1.2 – Apoiar a implantação de projetos estratégicos e o desenvolvimento de cadeias produtivas na região Centro-Oeste	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.1.3 – Apoiar o desenvolvimento de clusters na região Centro-Oeste, bem como das chamadas plataformas tecnológicas	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.1.4 – Capacitar recursos humanos necessários ao planejamento e gestão do desenvolvimento da região Centro-Oeste	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
4.2 – Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste institucionalizada e implantada		Produto decorrente do agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2
	4.2.1 – Implantar o Projeto-Piloto da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, realizando os estudos, planos e programas correspondentes	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.2.2 – Apoiar a elaboração e negociação de projetos de investimentos no âmbito do MERCOSUL	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2;

PRODUTOS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
		duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.2.3 – Conceber e implantar mecanismos e instrumentos de acompanhamento, revisão, avaliação e aperfeiçoamento do FCO	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.2.4 – Conceber e implantar sistema de monitoramento, acompanhamento e gestão dos planos e dos respectivos empreendimentos estruturantes	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
4.3 – Mecanismos e Instrumentos de cooperação para o desenvolvimento, concebidos e implantados		Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.3.1 – Organizar e implantar as atividades de cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento da região Centro-Oeste	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.3.2 – Capacitar os recursos humanos necessários à implantação da Secretaria Extraordinária do Centro-Oeste e de seus instrumentos de gestão	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
4.4 – Programa de Desenvolvimento Estratégico e Sustentável para a RIDE, elaborado e implementado		Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.4.1- Descrever cenários socioeconômicos e as estratégias de desenvolvimento da região e identificar oportunidades de investimentos da RIDE	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.4.2 – Elaborar e implementar proposta de programa de desenvolvimento sustentável na RIDE	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.4.3 – Mobilizar os instrumentos a cargo do MI para o desenvolvimento de cadeias produtivas, tecnologicamente competitivas, para a geração de emprego e renda e desenvolvimento social da RIDE	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.4.4 – Identificar, apoiar e divulgar experiências de desenvolvimento local integrado e sustentável, de forma a tornar mais eficazes as ações propostas no âmbito da RIDE	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.4.5 – Conceber e implantar sistemas de informações gerenciais dos municípios da RIDE	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08
	4.4.6 – Capacitar recursos humanos para o desenvolvimento do DF e Entorno	Incluído na 1ª Revisão, pelo agrupamento de atividades dos Objetivos Imediatos 1 e 2; duração de 22/10/01 a 31/12/08

Lista das Realizações

A fonte da presente lista de resultados são os Relatórios de Progresso. Os resultados são apresentados Relatório a Relatório, ordenadas segundo os Produtos previstos no *PCT* e nas suas Revisões. Trata-se de classificação alfa-numérica em que o primeiro dígito indica o Objetivo Imediato (de 1 a 4); juntos, os dois primeiros, se referem aos Produtos Imediatos (quantidade variável por Objetivo Imediato) e as letras indicam a seqüência dentro de cada Produto.

RELAÇÃO DOS PERÍODOS, RELATÓRIOS E SUA DURAÇÃO

PERÍODOS	RELATÓRIO	DURAÇÃO (*)
Períodos Parciais		
16/06/00 – 31/12/00	Sem Relatório	6m15d
01/01/01 – 31/12/02	1º Relatório	24m0d
01/01/03 – 30/06/03	2º Relatório	6m0d
01/07/03 – 31/12/03	Sem Relatório	6m0d
01/01/04 – 31/12/05	3º Relatório	24m0d
01/01/06 – 30/09/07	4º Relatório	21m0d
01/10/07 – 31/03/09	Sem Relatório	18m0d
Período Total		
16/06/00 – 31/03/09	Sem Relatório	105m15d

(*) Duração em meses (m) e dias (d).

- **1º Relatório (01/01/2001 a 31/12/2002)**
 - 1.1.A - Considerações sobre Novas Agências para o Desenvolvimento Regional
 - 1.1.C - Regulamentação do Desenvolvimento do Nordeste e Estrutura Regimetal da ADENE
 - 1.1.D - Formulação da Agência Executiva da ADENE
 - 1.1.E - Proposta de Reestruturação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento
 - 1.1.F - Relatório Informativo do GT sobre o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
 - 1.1.G - Plano de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste
 - 1.3.A – Sistema de Informações Gerenciais, março de 2001
 - 1.3.B – Sistema de Informações Gerenciais, agosto de 2002
 - 1.3.C – Sistema de Informações Gerenciais, outubro de 2002
 - 1.3.D – Boletim de Indicadores Regionais, março de 2001
 - 1.3.E – Relatório de Avaliação do FCO, ano 2000
 - 1.3.F – Relatório de Avaliação do FCO, 1º semestre de 2001
 - 1.3.G – Relatório de Avaliação do FCO, ano 2001
 - 1.3.H – Relatório de Avaliação do FCO, 1º semestre de 2002
 - 1.3.I – Relatório de Avaliação do FNE, ano 2000
 - 1.3.J – Relatório de Avaliação do FNE, 1º semestre de 2002

- 1.3.K – Relatório de Avaliação do FNO, ano 2000
- 1.3.L – Relatório de Avaliação do FNO, 1º semestre de 2001
- 1.3.M – Relatório de Avaliação do FNO, ano 2001
- 1.3.N – Relatório de Avaliação do FNO, 1º semestre de 2002
- 1.3.O - Livreto Informativo sobre os Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO), 2001
- 1.3.P – Livreto Informativo sobre os Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO), revisão 2002
- 1.3.Q – Quadro Comparativo das Condições Operacionais Praticadas pelos Fundos FCO, FNO e FNE com a Programação Aprovada para 2002
- 1.3.R – Proposta de Medida Provisória e Decretos relativos aos Fundos Constitucionais
- 1.3.S – Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO), exercício de 2003
- 1.3.T – Análises de propostas de aplicação de recursos dos fundos constitucionais, de projetos de lei e de medidas provisórias relacionadas a esses fundos
- 3.1.A – PDSA
- 3.2.A – Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e de Impacto Ambiental da Integração de Bacias dos rios São Francisco e Tocantins
- 3.2.B – Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e de Impacto Ambiental da Integração de Bacias dos rios São Francisco e Canindé, Piauí
- 3.2.C – Estudos e Projetos de Revitalização do rio São Francisco
- 3.3.D – Construção do CBA: Relatório de Acompanhamento da Supervisão Técnica e Fiscalização
- 4.1.A – Sistema de Acompanhamento, Monitoramento, Gestão e Avaliação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- 4.2.A – Proposta para Criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- 4.2.B – Projetos de Investimento do MERCOESTE (MasterPlan)
- 4.2.C – Relatório com Mecanismos e Instrumentos de Acompanhamento, Revisão, Avaliação e Aperfeiçoamento do FCO
- 4.2.D – Relatório com Sistema de Monitoramento, Acompanhamento e Gestão de Projetos
- 4.4.A – Cenários Sócio-Econômicos da RIDE
- 4.4.B – Programa de Desenvolvimento da RIDE
- 4.4.C – “Pólo de Economia Popular/Agronegócio”; “Plataforma de Comercialização de Luziânia” (RIDE)
- 4.4.D – Sistema de Informação Gerencial dos municípios da RIDE
- 4.4.E – Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a RIDE

- 4.4. F – Curso para servidores municipais da RIDE – I
- 4.4. G – Curso para servidores municipais da RIDE – II

- *2º Relatório (01/01/2003 a 30/06/2003)*

- 1.1.A – Vários textos básicos sobre temas específicos (incentivos fiscais, cadeias produtivas e inovação tecnológica, Semi-árido, novas teorias do desenvolvimento regional)
- 1.1.B – Bases para Recriação da SUDENE – Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste
- 1.1.C – Oficina Técnica “Incentivos e Créditos”
- 1.1.D – Oficina Técnica “Cadeias Produtivas e Inovação”
- 1.1.E – Oficina Técnica “Nordeste de Especialistas”
- 1.1.F – Oficina Técnica “Sudeste de Especialistas”
- 1.1.G – Oficina Técnica “Semi-árido”
- 1.1.H – Oficina Técnica “Especialistas BNDES”
- 1.1.I – Oficina Técnica “Órgãos Públicos”
- 1.1.J – Projeto de Lei Complementar de Recriação da SUDENE
- 1.1.K – Projeto de Lei Ordinária que altera e consolida a política de incentivos fiscais e financeiros para o Nordeste
- 1.1.L – Plano de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste
- 1.2.A – Estudos relacionados ao Plano de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste
- 1.2.B – Estudos relacionados à formulação da Agenda Executiva da ADENE
- 1.2.C – Rede de Acompanhamento Regionalizado de Políticas
- 1.3.A – Relatório de Avaliação do FCO, exercício 2002
- 1.3.B – Relatório de Avaliação do FNE, exercício 2002
- 1.3.C – Relatório de Avaliação do FNO, exercício 2002
- 1.3.D – Informativo Mensal sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento; janeiro 2003
- 1.3.E – Informativo Mensal sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento; fevereiro 2003
- 1.3.F – Informativo Mensal sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento; março 2003
- 1.3.G – Informativo Mensal sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento; abril 2003
- 1.3.H – Quadro Comparativo: Principais condições operacionais praticadas pelo FCO, FNO e FNE, constantes das Programações de Financiamento aprovadas para o ano 2003
- 1.3.I – Análise de Projetos de Leis da Câmara dos Deputados e Senado Federal relativos aos Fundos Constitucionais de Financiamento

- 1.3.J – Análise da Proposta de Emenda Constitucional 353, de 1996, que altera o inciso I, alínea “c” do art. 159, de autoria do Deputado João Preto e outros
- 2.1.A – Todas as mesorregiões contam com seus respectivos diagnósticos
- 2.3.A – Subsídios à Secretaria de Programas Regionais no âmbito do PRODEAGRO e PLANAFLORO
- 2.4.A – A atividade gerou 329 projetos em 222 municípios
- 3.1.A – Ações relativas ao PDSA
- 3.2.A – Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e de Impacto Ambiental da Integração de Bacias dos rios São Francisco e Tocantins
- 3.2.B – Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e de Impacto Ambiental da Integração de Bacias dos rios São Francisco e Canindé, Piauí
- 3.2.C – Estudos e Projetos de Revitalização do rio São Francisco
- 3.3.D – Construção do CBA: Relatório de Acompanhamento da Supervisão Técnica e Fiscalização
- 4.1.A – Sistema de Acompanhamento, Monitoramento, Gestão e Avaliação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- 4.2.A – Proposta para Criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- 4.2.B – Projetos de Investimento do MERCOESTE
- 4.2.A – Relatório com Mecanismos e Instrumentos de Acompanhamento, Revisão, Avaliação e Aperfeiçoamento do FCO
- 4.2.B – Relatório com Sistema de Monitoramento, Acompanhamento e Gestão de Projetos
- 4.4.A – Cenários Sócio-Econômicos elaborados para o PRORIDE
- 4.4.B – PRORIDE
- 4.4.C – “Pólo de Economia Popular/Agronegócio”; “Plataforma de Comercialização de Luziânia”, da RIDE.
- 4.4.D – Sistema de Informação Gerencial dos Municípios da RIDE

- **3º Relatório (01/01/2004 a 31/12/2005)**

- 1.1.A – Evento: Multilateralismo e Cooperação Internacional: Novos Diálogos dos Planos de Desenvolvimento do Nordeste.
- 1.1.B – Evento: Consultas Públicas da BR-163 em Novo Progresso, Pará.
- 1.1.C – Seminário Interno: Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de influência da BR-163
- 1.1.D – Relatório Técnico sobre o contexto do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de influência da BR-163

- 1.1.E – Relatório Técnico: Análise das sugestões apresentadas pelos membros do GT para o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de influência da BR-163
- 1.1.F – Relatório técnico – proposta de estruturação do PDSA – inclui versão final do Programa de Trabalho
- 1.1.G – Relatório Técnico do PDSA: Proposta de Regionalização do Nordeste Semi-Árido
- 1.1.H – Documento com proposta de estruturação do PDSA
- 1.1.I – Arquivo eletrônico *Shaper* (imagens) da região do Semi-árido
- 1.1.J – Relatório sobre objetivos e estratégias do PDSA
- 1.1.K – Relatório s/propostas de financiamento do PDSA
- 1.1.L – Relatório técnico: Análise das propostas das consultas do Plano Amazônia Sustentável
- 1.1.M – Relatório Técnico: Elaboração da proposta inicial da PNOT
- 1.1.N – Relatório: Avaliação crítica das Propostas de Redelimitação do Semi-árido
- 1.1.O – Relatório Técnico do PDSA: Ações do PPA e dos Governos Estaduais no Semi-árido
- 1.1.P – Relatório Técnico do PDSA
- 1.1.Q – Relatório Técnico do PDSA
- 1.1.R – Versão preliminar do PDSA – incorpora contribuições do GT interministerial do Semi-árido
- 1.1.S – Documento final do PDSA
- 1.1.T – Versão preliminar do documento-base para elaboração do PDNE
- 1.1.U – Relatório sobre regionalização – PDNE
- 1.1.V – Versão final do documento-base para realização de consultas para a elaboração do Plano Estratégico do PDNE
- 1.1.X – Diagnóstico para elaboração da proposta de Plano de Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri
- 1.1.Y – Versão preliminar do Plano de Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri
- 1.1.W – Plano da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri aprovado por seu Fórum
- 1.1.Z – Plano da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri: publicação e divulgação
- 1.1.AA – Revisão e editoração do Plano da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri
- 1.2.A – Evento: Nivelamento da metodologia p/elaboração do diagnóstico da BR-163
- 1.2.B – Evento “Estratégias do Desenvolvimento Regional no Brasil”
- 1.2.C – Evento: Oficina para apresentação e discussão dos estudos elaborados no âmbito do contrato da FUNDEP
- 1.2.D – Evento: Oficina PNDR – Regionalização

- 1.2.E – Estudo: Síntese das Principais Linhas Teóricas e Metodológicas sobre o Desenvolvimento Regional – FUNDEP
- 1.2.F – Evento: Oficina sobre PNDR e Mesorregiões
- 1.2.G – Evento: A PNDR
- 1.2.H – Dois cursos sobre o uso software ArcView, versão 8.3 em parceria com a CEF e Universidade Católica de Brasília
- 1.2.I – Documento da Oficina de Ordenamento Territorial, elaborado e revisado
- 1.2.J – Documentos técnicos sobre Implantação da Rede de Acompanhamento Regionalizado das Políticas Públicas
- 1.2.K – Estudo da Regionalização das Políticas Sociais
- 1.2.L – Estudos e Planejamento de Políticas de Desenvolvimento Regional (econômico e produtivo)
- 1.2.M – Relatório de proposição de indicadores para mensuração da demanda, produto e impacto da oferta pública da infra-estrutura econômica: transporte, energia e telecomunicação
- 1.2.N – Relatório de proposição de indicadores para mensuração da abrangência e acessibilidade e distribuição espacial da oferta pública de infra-estrutura e serviços nas áreas de transporte, energia e telecomunicação
- 1.2.O – Relatório contendo a memória dos trabalhos realizados e os resultados obtidos junto ao Ministério dos Transportes sobre a) eficácia dos indicadores em função da disponibilidade dos dados necessários à sua mensuração; b) mudanças introduzidas nos indicadores apresentados; c) indicadores definitivos para identificação das desigualdades regionais, medido por meio da infra-estrutura rodoviária existente em cada região; e, d) critérios e estudos de monitoramento das desigualdades e carências regionais.
- 1.2.P – Relatório contendo os resultados dos trabalhos de elaboração junto ao Ministério dos Transportes, do conjunto de indicadores da utilidade gerada pela infra-estrutura rodoviária existente a nível municipal.
- 1.2.Q – Relatório parcial: “A regionalização como base para o planejamento” – FUNDEP (módulo 4)
- 1.2.R – Relatório parcial: “Experiências Internacionais Comparadas” (França, Itália, Inglaterra, Espanha, China e Estados Unidos da América); FUNDEP – modulo 2
- 1.2.S – Relatório Final: “A regionalização como base para o planejamento” – FUNDEP (módulo 4)
- 1.2.T – Editoração da Oficina PNOT realizado em Brasília, em novembro de 2003.
- 1.2.U – “Experiências Internacionais Comparadas (México e União Européia) – FUNDEP
- 1.2.V – Síntese crítica das experiências internacionais –FUNDEP
- 1.2.X – Relatório parcial – “Levantamento dos estudos regionais” – FUNDEP

- 1.2.Y – Relatório preliminar consolidando contribuições da pesquisa em 23 relatórios –“Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território Brasileiro” – FUNDEP
- 1.2.W – Relatório Final: “Avaliação das condições de financiamento versus Políticas Regionais” – FUNDEP
- 1.2.Z – Evento INTEGRASUL – Políticas de Desenvolvimento da Região Sul, realizado em Chapecó, Santa Catarina.
- 1.2.AA – Cinco mil folders sobre a PNDR
- 1.2.AB – 3º Seminário de apresentação dos resultados do Projeto “Diretrizes para a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento do território”
- 1.2.AC – Evento PNDR
- 1.2.AD – Relatório – “Proposição e avaliação de alternativas de regionalização do território em meio ambiente, recursos naturais e desenvolvimento urbano”
- 1.2.AE – Relatório “Proposição de indicadores de mensuração da demanda, produto e impacto de ações de regionalização nas áreas de meio ambiente, recursos naturais e desenvolvimento”
- 1.2.AF – Relatório “Proposição e avaliação de alternativas de regionalização do território nas áreas de desenvolvimento rural e planejamento territorial”
- 1.2.AG – Textos revistos para compor o livro “Economia Regional e Urbana: Interpretações Teóricas”
- 1.2.AH – Relatório de proposição de modelagem de dados cartográficos e tabulares para a organização do Sistema de Informações Georeferenciadas da SDR/GIM
- 1.2.AI – Relatório de localização e caracterização das áreas especiais (territórios) que não podem ser incorporados ao processo produtivo
- 1.2.AJ – Relatório de análise das interfaces existentes e possíveis entre a PNDR e as políticas de desenvolvimento rural e o planejamento territorial
- 1.2.AK – Relatório: Análise e avaliação das regionalizações estaduais existentes e sua relação com a tipologia da PNDR e os subsistemas urbano-regionais propostos pela SDR/GIM
- 1.2.AL – Relatório: Proposição de indicadores de mensuração da abrangência e acessibilidade e distribuição espacial da oferta pública da infra-estrutura e serviços em áreas prioritárias especificadas
- 1.2.AM – Plano de Trabalho para definir a PNOT
- 1.2.AN – Relatório: “Espaços Geográficos sob o poder da União: Uma Avaliação da Experiência na perspectiva da PNOT”
- 1.2.AO – Relatório: “Avaliação do aparato institucional e jurídico-legal na perspectiva de uma PNOT”
- 1.2.AP – 5 mil livretos: “A nova delimitação do Semi-árido” distribuído aos municípios e instituições públicas envolvidas no tema.

- 1.2.AQ – Seminário da PNDR – Teixeira de Freitas, Bahia.
- 1.2.AR – Seminário: “Cidades e Desenvolvimento Regional: uma tipologia das cidades brasileiras para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”
- 1.2.AS – Seminário de nivelamento: “Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da PNOT”
- 1.3.A – Relatório de avaliação do FCO – ano de 2003
- 1.3.B – Relatório de avaliação do FNE – ano de 2003
- 1.3.C – Relatório de avaliação do FNO – ano de 2003
- 1.3.D – Informativos Trimestrais sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento
- 1.3.E – Dois eventos em Recife e Belém para definir prioridades anuais de aplicação dos recursos dos FNE e FNO, com a apresentação da PNDR
- 1.3.F – Relatório de análise de PL da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre a alteração da legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais
- 1.3.G – Relatório: Análise de propostas de Emenda à Constituição, relacionadas aos Fundos Constitucionais de Financiamento
- 1.3.H – Relatório: Exame de propostas de revisão e alteração das normas dos Fundos Constitucionais de Financiamento
- 1.3.I – Notas Técnicas sobre Projetos de Lei que dispõem sobre a realização de operações com recursos dos Fundos
- 1.3.J – Relatório de avaliação do FCO – 1º semestre de 2004
- 1.3.K – Relatório de avaliação do FNE – 1º semestre de 2004
- 1.3.L – Sistema de Informações Gerenciais de projetos beneficiados pelos FINAM, FINOR, FUNRES, FDNE, FDA
- 1.3.M – Levantamento da carteira de ações e debêntures junto aos bancos operadores – BNB, BASA, BANDES
- 1.3.N – Modelo crítico para análise de consistência dos demonstrativos financeiros dos Fundos, emitidos pelos bancos operadores e Proposta de ajuste na apuração dos resultados
- 1.3.O – Levantamento preliminar da realidade sócio-econômica dos empreendimentos beneficiados pelos Fundos
- 1.3.P – Proposta para reestruturação do Sistema de Operações empregado pelos diversos entes envolvidos nas ações do Governo
- 1.3.Q – Relatório com proposição de modelos críticos e ajustes, estabelecimento de normativos, relatórios conclusivos e avaliação de aspectos fundamentais dos processos decisórios

- 1.3.R – Levantamento das realidades sócio-econômicas dos empreendimentos regionais beneficiários dos empreendimentos regionais beneficiados dos Fundos FINAM, FINOR, FUNRES, FNDE e FDA
- 1.3.S – Levantamento das necessidades e propostas de agentes governamentais e não governamentais envolvidos nas destinações dos recursos
- 1.3.T – Proposta para procedimento de inspeção, com vistas à estratificação das carteiras de projetos, debêntures e de ações junto às gestões dos fundos e aos bancos operadores
- 1.3.U – Notas Técnicas referentes a PLs e Projetos de Emendas Constitucionais – elaboradas
- 1.3.V – Proposta de Plano de Contas Único à CVM e aos bancos
- 1.3.X – Classificação e proposta de critérios de provisões de devedores duvidosos e perdas prováveis nas carteiras de debêntures e ações dos Fundos
- 1.3.Y – Normas consubstanciadas em unificação de planos de contas e uniformização de registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados
- 1.3.W – 50 cartilhas sobre o Sistema de Informações Gerenciais dos Fundos Constitucionais
- 1.3.Z – Publicação “Sistema de Informações Gerenciais dos Fundos Constitucionais”
- 1.3.AA – Relatório de avaliação FNO – 1º semestre 2004
- 1.3.AB – Relatório de avaliação FNO – exercício 2004
- 1.3.AC – Relatório de avaliação FNE – exercício 2004
- 1.3.AD – Relatório de avaliação FCO – exercício 2004
- 1.3.AE – Relatório de avaliação FNE – 1º semestre 2005
- 1.3.AF – Relatório de avaliação FCO – 1º semestre 2005
- 1.3.AG – Relatório de análise do PLC de recriação da SUDENE
- 1.3.AH – Relatório de análise do PLC de recriação da Sudam
- 1.3.AI – Notas Técnicas sobre projetos de incentivos fiscais e dos fundos de desenvolvimento dos incentivos fiscais.
- 1.3.AJ – Proposta de PLs, Medidas Provisórias e Portarias de aprimoramento dos Fundos Constitucionais.
- 1.3.AK – Proposta de PLs, Medidas Provisórias e Portarias de aprimoramento dos Fundos Fiscais de Investimento.
- 1.3.AL – Sistema de acompanhamento dos incentivos fiscais e dos Fundos Fiscais de Investimento.
- 1.3.AM – Modelo de avaliação dos impactos dos incentivos fiscais e fundos fiscais de investimento.
- 1.3.AN – Documento de compatibilização e proposição de diretrizes e prioridades do FDA e FDNE em consonância com a PNDR
- 2.1.A – Material gráfico informativo sobre as Mesorregiões

- 2.1.B – Reunião Extraordinária da Mesorregião do Araripe
- 2.1.C – Reuniões da Câmara de Política de Desenvolvimento Regional – GTI
- 2.1.D – Estudos sobre convergência de políticas públicas setoriais em espaços territoriais específicos, que demandam enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais por meio do aproveitamento das potencialidades endógenas, em diversas escalas espaciais, visando a inserção social e econômica das populações locais
- 2.1.E – *Workshop* sobre o Plano de Ação 2005, da Secretaria de Programas Regionais
- 2.1.F – Vídeo institucional e promocional sobre o turismo na Região Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina e Juazeiro
- 2.1.G – Estudo com vistas a subsidiar a atuação do MI na definição e caracterização de um novo subespaço no Seridó, incluindo parte dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte
- 2.4.A – Projeto de reestruturação do Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira
- 2.4.B – Levantamento dos processos e elaboração de Informativo dos municípios da faixa de fronteira
- 2.4.C – Reedição do livro “Proposta de Reestruturação do Programa Faixa de Fronteira”
- 2.4.D – Evento de lançamento do novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e lançamento da Proposta de Reestruturação da Faixa de Fronteira
- 2.4.E – Edital de contratação de empresa para a elaboração do Plano Diretor Participativo de Dionísio Cerqueira, Santa Catarina.
- 2.4.F – Edital de contratação de empresa para a elaboração do Plano Diretor Participativo de Barracão, Paraná.
- 3.2.A – Plano de Integração das Bacias Hidrográficas de Alagoas
- 3.2.B – Estudos de Reversão das Águas da Vertente Litorânea para o Cariri no Estado da Paraíba
- 3.2.C – Projeto do Eixo de Integração Piranhas/Açu com Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte
- 3.2.D – *Workshop* Integrando e Repensando o Departamento de Obras Hídricas
- 3.2.E – Relatório do diagnóstico contendo uma relação de objetivos a serem alcançados em 2006 e 2007 do Departamento de Obras Hídricas
- 3.2.F – Relatório do *Workshop* Integrando e Repensando o Departamento de Obras Hídricas
- 3.2.G – Relatório com a proposta de reestruturação do Departamento de Obras Hídricas
- 3.2.H – Relatório do Plano de Ações Imediatas do Departamento de Obras Hídricas
- 3.2.I – Relatório Final com a síntese dos processos de trabalho do Departamento de Obras Hídricas
- 4.1.A – Metodologia de orientação do processo de consulta junto as lideranças e atores sociais para montar o Plano Estratégico do Centro-Oeste; período 2004/2014, envolvendo os estados do MT, MS, GO e DF

- 4.1.B – Seis oficinas de trabalho em Chapadão do Sul, Campo Grande, Sinop, Cuiabá, Pirenópolis e Aruanã
- 4.1.C – Consulta junto as lideranças dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal
- 4.1.D – Relatório “Mapeamento dos Programas e Projetos previstos para o desenvolvimento do Centro-Oeste”
- 4.1.E – Estudo retrospectivo do Centro-Oeste
- 4.2.A – Proposta de Projeto de Lei que culminou com o PL 184/04, em tramitação na Câmara dos Deputados (apurar a tramitação atual)
- 4.4.A – PRORIDE elaborado, incluindo descrição de cenários e oportunidades de investimento
- 4.4.B – Banco de Dados implantado, reunindo indicadores de execução orçamentária e base estatística dos municípios do Entorno
- 4.4.C – Avaliação e monitoramento da elaboração de 14 Planos Diretores em municípios da RIDE

- **4º Relatório (01/01/2006 a 30/09/2007)**

- 1.1.A – Relatório Técnico relativo às diretrizes para formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território. Foram elaborados os seguintes estudos: (mudar a numeração, pois não dá para saber onde parar)
- 1.1.B – Síntese das principais linhas teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional
- 1.1.C – Experiências internacionais comparadas
- 1.1.D – Levantamento dos estudos regionais
- 1.1.E – Regionalização como base para o planejamento
- 1.1.F – Avaliação das condições de financiamento versus políticas regionais
- 1.1.G – Relatório técnico contendo os subsídios técnicos e documento base para a definição da PNOT
- 1.1.H – Proposta de elaboração da rede de acompanhamento regionalizado de políticas públicas, nas áreas de meio ambiente, recursos naturais e desenvolvimento urbano
- 1.1.I – Proposta de elaboração da rede de acompanhamento regionalizado de políticas públicas, nas áreas de desenvolvimento rural e planejamento territorial.
- 1.2.A – Estudos preparatórios e diretrizes para formulação de uma PNDR.
- 1.2.B – Três números do Boletim Regional (quadrimestrais)
- 1.2.C – Estudos e análises metodológicas que ampliem a consistência técnica e credibilidade da Tipologia Microrregional da PNDR, a fim de facilitar a sua legitimação atual e futura e o uso pelos diversos atores e agentes envolvidos ou relacionados com a PNDR

- 1.2.D – Documento técnico contendo as iniciativas de sensibilização e capacitação de atores-chave ao processo de implantação da PNDR
- 1.2.E – Catálogo da Expo Regiões reunindo as propostas e projetos desenvolvidos, prestando suporte ao objetivo de redução das desigualdades regionais e consolidando um sistema de informações para o desenvolvimento regional
- 1.2.F – Publicação de dois livros: “Economia Regional e Urbana – Contribuições Teóricas Recentes” e “Experiências Internacionais de Planejamento Regional – Lições para o Brasil”
- 1.2.G – Documento técnico com subsídios para a formulação de propostas para a 2ª Conferência das Cidades, com ênfase no tema de desenvolvimento urbano e regional, a fim de buscar a interação da PNDR com a PNDU
- 1.2.H – I e II Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional, realizado em parceria com o ILPES/CEPAL, a fim de capacitar agentes públicos para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento local e regional
- 1.2.I – I Curso Região Nordeste – Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional, realizado em parceria com o BNB, com o objetivo de capacitar servidores governamentais, federais e estaduais, representantes de fóruns e agências mesorregionais nos fundamentos e instrumentos de ações integradas de desenvolvimento regional
- 1.2.J – II Curso: Região Norte – Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional, promovido em parceria com o Banco da Amazônia, a fim de que servidores públicos e representantes da sociedade civil organizada atuem como interlocutores do processo de desenvolvimento regional, nas diversas escalas de abrangência da PNDR
- 1.2.K – Curso de Capacitação em Geoprocessamento – ArcGIS 9.0 – com a finalidade de promover a capacitação básica e nivelamento de usuários atuais e/ou potenciais de geoprocessamento alocados em áreas de apoio e/ou suporte técnico das diversas Secretarias e Órgãos Regionais do MI
- 1.2.L – Curso de Capacitação em Análise Regional com uso de cartografia temática (PHILCARTO), cujo objetivo é capacitar servidores dos diferentes Ministérios no tema como forma de fornecer as bases necessárias à implantação da PNDR e da PNOT
- 1.2.M – Seminário Internacional “Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas à Luz das Experiências da União Européia e Brasil”, realizado para avaliar no âmbito nacional e internacional o alcance, os desafios e as perspectivas das políticas de desenvolvimento regional a partir das transformações recentes do ambiente geopolítico e econômico internacional.
- 1.2.N – Curso de Geoprocessamento, promovido em parceria com UnB, visando a capacitação de profissionais no uso de ferramentas no tema e na interpretação de imagens georreferenciadas.
- 1.3.A – Documento técnico sobre a ampliação das aplicações do FNO em toda a região da Amazônia, em especial ao público de baixa renda, tendo como foco a área de microfinanças de bancos comunitários e grupos solidários

- 1.3.B – Relatório de gerenciamento das aplicações realizadas com recursos dos FCO, FNE e FNO
- 1.3.C – Relatório de avaliação do desempenho operacional do FNO
- 1.3.D – Relatório de avaliação do desempenho operacional do FNE
- 1.3.E – Documento técnico contendo proposta de implantação do Programa de Microfinanças Sustentáveis da Amazônia, em articulação com o Banco da Amazônia
- 1.4.A – Relatório abordando os insumos técnicos e a base referencial para a elaboração de uma PNOT
- 1.4.B – Estudos preparatórios e diretrizes para formulação de uma PNOT
- 1.4.C – Seminário Nacional de Ordenamento Territorial promovido com o intuito de apresentar e discutir o documento base para a definição da PNOT
- 2.1.A – I Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: “Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais”, no âmbito do desenvolvimento do MESOMERCOSUL
- 2.1.B – Impressão do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
- 2.1.C – Relatório técnico contendo os subsídios para a definição e caracterização de um novo subespaço territorial, a ser considerado nas ações prioritárias do PROMESO
- 2.1.D – Plano de Ação da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, com foco no desenvolvimento regional e de acordo com as metas do PROMESO e necessidades mesorregionais, contém os seguintes documentos:
 - 2.1.Da – Relatório técnico contendo a estratégia de elaboração dos projetos constantes do Plano de Ação da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL.
 - 2.1.Db – Relatório técnico referente à oficina de capacitação de multiplicadores para a elaboração de projetos
 - 2.1.E – Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Bacia do Rio Itabapoana
 - 2.1.F – Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeira, a fim de viabilizar a articulação das ações de desenvolvimento empreendidas pelos setores governamentais, privados e da sociedade civil
 - 2.1.G – Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Bico do Papagaio, com o objetivo de promover a construção do capital social e a viabilização de iniciativas de geração de emprego e renda
 - 2.1.H – Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, visando a promoção de ações de desenvolvimento regional
 - 2.1.I – Plano de Ação da Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, segundo as metas do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO) do MI, obedecendo as seguintes etapas:

- 2.1.Ia – Diagnóstico situacional participativo
- 2.1.Ib – Novo Pano de Ação
- 2.1.Ic – Seminário de validação do Plano de Ação em assembléia/reunião dos atores da Mesorregião
- 2.1.Id – Plano de Ação para a Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba
- 2.1.J – Plano de Ação da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul
- 2.4.A – II Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Urbano em Cidades Fronteiras, promovida em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), com o objetivo de debater as estratégias de otimização em regiões de fronteiras
- 2.4.B – Planos Diretores Participativos Municipais de Dionísio Cerqueira, SC e Barracão, PR, na concepção das cidades gêmeas
- 2.4.C – Plano Diretor Participativo Municipal de Uruguaiana, Rio Grande do Sul.
- 2.5.A – Documento técnico referente à execução do ZEE/RIDE
- 2.8.A – Estudos técnicos para implantação de projetos focados nos subespaços territoriais específicos, a fim de identificar alternativas de inserção social e econômica das populações locais em áreas com maior incidência de seca
- 2.8.B – Seminário sobre Desenvolvimento Sócio-Econômico do Semi-árido Nordeste realizado com o objetivo de discutir propostas para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região
- 2.9.A – Estudos técnicos para implantação de projetos voltados para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, a fim de promover atividades econômicas competitivas em subespaços sub-regionais dinâmicos
- 2.9.B – II Seminário de Piscicultura Alagoana, realizado em parceria com o IEPIS, com a finalidade de identificar potencialidades locais e capacitar produtores, técnicos, pesquisadores, estudantes e demais interessados em desenvolver a atividade de piscicultura na região
- 2.9.C – Evento “BIODIESEL BR 2007 – O Brasil no Cenário Internacional de Biocombustíveis”, cujo objetivo é discutir o papel do Brasil no cenário internacional, possibilitando o intercâmbio de conhecimento entre os diferentes *stakeholders* dos biocombustíveis.
- 2.9.D – V Expo Brasil Desenvolvimento Local realizada a fim de divulgar e promover as diferentes experiências e iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento local no Brasil, propiciando uma maior interação de representantes da sociedade civil organizada e governo
- 2.9.E – Estudos e concepção de planos para o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais identificados na região Nordeste
- 3.2.A – Plano de Integração para as bacias hidrográficas do Estado de Alagoas
- 3.2.B – Projeto do Eixo de Integração do Piranhas/Açu com o Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendo as seguintes fases:

- 3.2.Ba – Estudos dos impactos no meio ambiente (EIA/RIMA)
- 3.2.Bb – Projeto básico do sistema de adução
- 3.2.Bc – Avaliação econômica e financeira do projeto de adução
- 3.2.Bd – Estudo para execução alternativa com o uso de turbo-bombas na estação de captação
- 3.2C – Encontro Regional de Gestão de Águas do Semi-Árido, com o objetivo de debater o planejamento e gestão dos recursos hídricos na região do Semi-Árido
- 3.2.D – Estudo de viabilidade do Plano de Interligação do Canal do Sertão Alagoano com os Sistemas de Adutoras Regionais de Alagoas, Inversão do fluxo, controle da qualidade da água dos rios principais, reutilização das EBs existentes e sustentabilidade operacional para o abastecimento de água do sertão, compreendendo as seguintes etapas:
 - 3.2.Da – Estudos de alternativas para derivação da água do Canal do Sertão
 - 3.2.Db – Estudos de viabilidade da alternativa selecionada
 - 3.2.Dc – Projetos básicos de integração do Canal do Sertão aos sistemas existentes e projetados
- 3.2.E – Etapas II e III do Plano de Integração das Bacias Hidrográficas do Piauí: aproveitamento das infra-estruturas existentes, irrigação e abastecimento hídrico da Fronteira Seca Estadual, compreendendo as seguintes fases:
 - 3.2.Ea – Planejamento: compatibilização e articulação das alternativas
 - 3.2.Eb – Plano de Integração das Bacias Hidrográficas do Piauí: aproveitamento das infra-estruturas existentes e irrigação
- 3.2.F – Modelo organizacional de gestão hídrica do Estado de Rondônia e do Plano Diretor dos recursos hídricos da Bacia Piloto do Rio Machado
- 3.2.G – Documento técnico com as diretrizes para a elaboração do Diagnóstico das Ações e da Institucionalidade do PRSF.
- 3.2.H – Proposta de mecanismos de avaliação das ações relativas à implantação do Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias e ao Plano de Reassentamento de Populações, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste
- 3.2.I – Concepção de estudos e instrumentos técnicos operacionais para intervenções em saneamento básico no âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco
- 3.2.J – Documento técnico com a proposta de reestruturação do Departamento de Obras Hídricas com a finalidade de otimizar o atendimento das ações que serão demandadas pelo acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco
- 3.4.A – XXVII Seminário Nacional de Grandes Barragens, promovido em parceria com o Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), com a finalidade de difundir conhecimento técnico sobre barragens e obras hidrelétricas no Brasil e com a preocupação ambiental

- 3.4.B – 3º Fórum das Águas do Rio Doce realizado com o intuito de despertar interesse na sociedade regional para a questão da conservação dos recursos hídricos na região
- 3.4.C – XVI Congresso Nacional de Irrigação visando mobilizar profissionais e a comunidade para a promoção do agronegócio da agricultura irrigada
- 3.4.D – Estudos de alternativa e de viabilidade a Projetos Básicos para implantação do Sistema Adutor no Estado da Paraíba
- 3.4.E – Projeto Executivo e desenvolvimento de um Sistema de Informações para Automação, Tele-Controle e Supervisão do Sistema de Adutoras do Estado de Sergipe, incluindo as seguintes etapas:
 - 3.4.Ea – Sistema de Informações Georreferenciadas
 - 3.4.Eb – Modelagem hidráulica
 - 3.4.Ec – Projeto de Automação, Tele-Controle e Tele-Supervisão
 - 3.4.Ed – Manutenção e Melhoria do Sistema
- 3.4.F – Projeto de barramento no rio Piraí, para usos múltiplos da água no município de Bagé e Entorno, estado do Rio Grande do Sul, compreendendo duas etapas a saber:
 - 3.4.Fa – Projeto Básico (etapa A)
 - 3.4.Fb – Estudo de viabilidade ambiental (etapa A)
 - 3.4.Fc – Levantamentos básicos (etapa A)
 - 3.4.Fd – Concepção geral do projeto (etapa A)
 - 3.4.Fe – Detalhamento do Projeto Básico em Projeto Executivo (etapa B)
 - 3.4.Ff – Levantamento Cadastral (etapa B)
 - 3.4.Fg – Plano de reassentamento das populações atingidas (etapa B)
 - 3.4.Fh – EIA/RIMA (etapa B)
 - 3.4.Fi – Detalhamento do projeto básico da barragem (etapa B)
 - 3.4.Fj – Avaliação econômica, financeira, hídrica e operacional do projeto (etapa B)
- 3.4.G – Projeto básico de desenvolvimento de um modelo institucional de gestão para operação de dragas, com mapeamento de áreas críticas, cadastro de projeto, avaliação econômica e ambiental e recomposição de sistemas de drenagem, por meio de dragagem, visando apoiar organizações produtivas em nível de agricultura familiar. Compreende as seguintes fases:
 - 3.4.Ga – Diagnóstico da situação atual
 - 3.4.Gb – Mapeamento de áreas críticas para intervenção
 - 3.4.Gc – Análise da situação atual dos antigos projetos do DNOCS
 - 3.4.Gd – Proposta de revitalização visando ao cadastramento de projetos e atividades

- 3.4.Ge – Minuta de proposta de desenvolvimento do modelo institucional para a gestão do Programa de Operação de Dragas, incluindo propostas de hierarquização e priorização de áreas críticas; e à recomposição de sistema de drenagem por meio de dragagem
- 3.4.Gf – Fórum de discussão com a equipe da SIH/MI com vistas a sua aprovação, buscando elaborar texto definitivo para a proposta de modelagem
- 3.4.Gg – Avaliação econômica e ambiental de projetos, incluindo propostas de hierarquização e priorização de áreas críticas para intervenção nos sistemas produtivos em nível de agricultura familiar
- 3.4.Gh – Plano de Ação para implantação do Programa de Operação de Dragas
- 3.4.H – Diagnóstico, cadastro e avaliação socioeconômica do Programa Público Hidro-agrícola de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
- 4.1.A – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste
- 4.1.B – I Simpósio de Recursos Hídricos do Norte e Centro-Oeste realizado a fim de debater a sustentabilidade dos recursos hídricos nas regiões Norte e Centro-Oeste
- 4.2.A – Projeto de Lei nº 184/04 em tramitação no Congresso Nacional (SUDECO) (rastrear)
- 4.3.A – Estudos relativos à criação do “Observatório da Sustentabilidade do Pantanal”, obedecendo as seguintes etapas:
 - 4.3.Aa – Inventário e diagnóstico das instituições produtoras de informação e das disponibilidades de dados existentes
 - 4.3.Ab – Estrutura institucional e definição das principais atividades do “Observatório da Sustentabilidade do Pantanal”, levando em consideração as seguintes ações: a) Consultas, estudos, articulações e avaliação das alternativas, buscando a institucionalização do Observatório; b) Articulação da rede de entidades componentes do Observatório; e, c) Proposição das ações posteriores visando garantir a continuidade do Observatório.
- 4.4.A – Documento técnico referente ao acompanhamento da elaboração e implantação dos Planos Diretores dos municípios da RIDE.

Consolidação Quantitativa da Realização dos Quatro Relatórios de Progresso

A - Período Pleno: 16 de junho de 2000 a 31 de dezembro de 2008 (102 meses e 15 dias)

B – Período Disponível com Falhas: 16 de junho de 2000 a 30 de setembro de 2007 (87 meses e 15 dias)

C - Períodos Indisponíveis: 16/06 a 31/12/2000 e 01/07 a 31/12/2003 (12 meses e 15 dias)

D - Período a Acrescentar: 01 de outubro de 2007 a 31 de dezembro de 2008 (15 meses)

E - Período Total a Relatar: $A - C = B - C + D$: $102m15d - 12m15d = 87m15d - 12m15d + 15m = 90$ meses (87,8%)

PRODUTO	ATIVIDADE	C	B	B	C	B	B	D
		Sem Relatório 16/06/00 a 31/12/00 6,5 meses	1º Relatório 01/01/01 a 31/12/02 24 meses	2º Relatório 01/01/03 a 30/06/03 6 meses	Sem Relatório 01/07/03 a 31/12/03 6 meses	3º Relatório 01/01/04 a 31/12/05 24 meses	4º Relatório 01/01/06 a 30/09/07 21 meses	01/10/07 a 31/03/09 18 meses
1.1	1.1.1		72	100		52	65	
	1.1.2		40	40				
	1.1.3		0	0				
	1.1.4		0	0				
1.2	1.2.1		75	75		65	75	
	1.2.2		0	0				
	1.2.3		0	10				
	1.2.4		0	0				
	1.2.5		0	5				
1.3	1.3.1		100	100		54	65	
	1.3.2		30	30				
	1.3.3		0	0				
1.4							25	
2.1	2.1.1		100	100		65	85	
	2.1.2		70	70				
	2.1.3		70	70				
	2.1.4		70	70				
	2.1.5		0	0				
	2.1.6		70	70				
	2.1.7		0	0				
	2.1.8		0	0				
2.2					0	0		
2.3	2.3.1		0	0		40	40	
	2.3.2		0	0				
	2.3.3		0	0				
	2.3.4		0	100				
	2.3.5		0	0				
	2.3.6		0	0				
	2.3.7		0	0				
2.4	2.4.1		0	0		50	55	
	2.4.2		0	0				
	2.4.3		70	70				
	2.4.4		0	0				
	2.4.5		70	70				
2.5	2.5.1		75	75		15	35	
	2.5.2		10	10				
	2.5.3		45	45				
2.6	2.6.1		0	0		0	0	
	2.6.2		0	0				
	2.6.3		0	0				
2.7	2.7.1		0	0		0	0	
	2.7.2		0	0				
	2.7.3		0	0				
2.8							30	
2.9							30	

PRODUTO	ATIVIDADE	C	B	B	C	B	B	D
		Sem Relatório 16/06/00 a 31/12/00	1º Relatório 01/01/01 a 31/12/02	2º Relatório 01/01/03 a 30/06/03	Sem Relatório 01/07/03 a 31/12/03	3º Relatório 01/01/04 a 31/12/05	4º Relatório 01/01/06 a 30/09/07	01/10/07 a 31/03/09
		6,5 meses	24 meses	6 meses	6 meses	24 meses	21 meses	18 meses
3.1	3.1.1		75	75				
	3.1.2		20	20		40	40	
	3.1.3		20	20				
3.2	3.2.1		70	85		50	65	
	3.2.2		30	30				
	3.2.3		30	30				
	3.2.4		40	40				
	3.2.5		70	90				
	3.2.6		70	70				
	3.2.7		25	50				
3.3	3.3.1		100	100		40	40	
	3.3.2		15	15				
	3.3.3		20	20				
3.4							50	
4.1	4.1.1		80	80		80	80	
	4.1.2		80	80				
	4.1.3		80	80				
	4.1.4		80	80				
4.2	4.2.1		40	50		65	65	
	4.2.2		50	50				
	4.2.3		70	80				
	4.2.4		40	40				
4.3	4.3.1		0	0		0	20	
	4.3.2		0	0				
4.4	4.4.1		90	92		75	75	
	4.4.2		70	75				
	4.4.3		80	85				
	4.4.4		0	0				
	4.4.5		80	85				
	4.4.6		80	80				
Total Realizações Quantitativas (nº) (A)			71	71		17	21	
Realizações Nulas (nº) (B)			29	26		4	3	
(B) / (A) (%)			40,1	36,6		23,5	14,3	
Melhoria realização				11			8	
Realização Mantida				60			9	

	Relizações acrescidas em relação ao ano anterior
	Sem relato

OBSERVAÇÕES:

- 1) Dos 105 meses e 15 dias de vigência do PCT, existem 12 meses e 15 dias sem dados ou relatos (letra 'C' de 'períodos indisponíveis').
- 2) Os 3 ½ primeiros anos contam com realizações quantitativas por atividade; já nos últimos 5 anos, a realização corresponde ao 'produto'.

QUADRO EVOLUTIVO DO PCT

Quadro - Vigência do PCT original e de suas revisões, com valores financeiros correspondents (R\$ correntes)

PCT E REVISÕES	VIGÊNCIA		ORÇAMENTO (R\$) (ORIGINAL E ACRÉSCIMOS)
	Início (*)	Término	
PCT Original	16/06/2000	31.12.2003	18.389.983,00
PCT 1ª Revisão	22/10/2001	31.12.2003	17.169.260,00 (+)
PCT 2ª Revisão	15.04.2004	31.12.2007	0,00 (+)
PCT 3ª Revisão	22/11/2006	31/12/2007	23.436.315,00 (+)
PCT 4ª Revisão	11/12/2007	31/12/2008	0,00 (+)
Prorrogação	01/01/2009	31/03/2009	0,00 (+)

(*) Corresponde às datas de assinatura do *PCT* original e das revisões.

(+) Acréscimo orçamentário.

Matriz Institucional-Programática dos Objetivos do PCT

OBJETIVO IMEDIATO DO PCT	SECRETARIA DO MI	POLÍTICAS, PROGRAMAS, FUNDOS E AÇÕES DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
1º	SDR	<ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Política Nacional de Ordenamento Territorial - Fundos Constitucionais: FCO, FNE e FNO - Fundos Fiscais de Investimentos: FINOR, FINAM e FUNRES - Outros Fundos: FDA e FDNE
2º	SPR	<ul style="list-style-type: none"> - PROMESO (13 Mesorregiões): 01 - Águas Emendadas; 02 - Jequitinhonha e Mucuri; 03 - Vale do Ribeira/Guaraqueçaba; 04 - Grande Fronteira do MERCOSUL; 05 - Metade Sul do Rio Grande do Sul; 06 - Chapada das Mangabeiras; 07 - Vale do Bico do Papagaio; 08 - Bacia da bacia do rio Itabapoana; 09 - Chapada do Araripe; 10 - Alto Solimões; 11 - Vale do Rio Acre; 12 - Xingó; 13 - Seridó - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Zoneamento Ecológico-Econômico - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - Territórios com Estiagem Intensa - Territórios com Condição Favorável de Competitividade - PNDE - PDSA
3º	SIH	<ul style="list-style-type: none"> - Integração de Bacias Hidrográficas (São Francisco e do Nordeste Setentrional) - Programas Básicos Ambientais (PBA) - Revitalização da Bacia do São Francisco - Obras Hídricas
4º	SCO	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - RIDE/DF

NOTA: Excluem-se desse quadro os programas do MI não alcançados por este PCT.

Execução Orçamentária e Financeira

Quadro - Execução Orçamentária e Financeira segundo Revisões e Categorias de Gasto (R\$ correntes)

EXECUÇÃO	Pessoal Internacional	Pessoal Nacional	Capacitação e Treinamento	Viagens de Pessoal Permanente	Material de Consumo	Equipamentos e Aluguel	Comunicação e Manutenção	Contratos por Resultados	Diversos	TIN	Total
ORÇAMENTO ORIGINAL	0,00	2.548.028,00	589.149,00	217.756,00	446.458,00	477.298,00	17.996,00	13.037.356,00	15.000,00	1.040.942,00	18.389.983,00
EXECUÇÃO: 16/06/2000 a 30/06/2001	0,00	920.509,00	145.372,00	72.880,00	13.694,00	305.876,00	9.675,00	4.366.201,00	19.986,00	351.252,00	6.205.445,00
SALDO ORÇAMENTÁRIO	0,00	1.627.519,00	443.777,00	144.876,00	432.764,00	171.422,00	8.321,00	8.671.155,00	-4.986,00	689.690,00	12.184.538,00
ORÇAMENTO APÓS 1ª REVISÃO	0,00	2.771.043,00	3.125.568,00	740.334,00	716.502,00	963.367,00	152.479,00	19.046.181,00	176.791,00	1.661.536,00	29.353.801,00
EXECUÇÃO: 01/07/2001 A 2003	0,00	4.179.253,82	1.065.463,77	178.187,52	351.666,91	434.629,91	170.383,14	4.479.918,52	5.083,86	656.341,93	11.520.929,38
ORÇAMENTO APÓS 2ª REVISÃO	0,00	535.837,86	2.060.104,24	562.146,48	364.835,09	1.723.218,74	556.636,26	10.853.191,75	171.707,14	1.005.194,07	17.832.871,63
EXECUÇÃO: 2004 A 30/09/2006	0,00	822.503,18	906.587,69	176.302,99	1.526.482,12	311.882,57	131.317,33	6.305.947,94	2.085,44	552.034,97	10.735.144,23
ORÇAMENTO APÓS 3ª REVISÃO	0,00	0,00	2.625.300,00	0,00	1.738.000,00	599.950,00	113.000,00	24.004.000,00	0,00	1.454.012,50	30.534.262,50
EXECUÇÃO: 01/10 A 30/11/2006	0,00	0,00	220.957,95	0,00	266.879,44	0,00	9.575,65	1.062.541,75	0,00	93.597,29	1.653.552,08
EXECUÇÃO: 01 A 31/12/2006	0,00	0,00	757.879,34	0,00	271.959,00	0,00	3.937,52	1.949.465,39	0,00	149.162,07	3.132.403,32
EXECUÇÃO: 01 A 31/12/2007	0,00	0,00	1.079.148,00	0,00	739.497,76	0,00	42.746,00	7.871.731,60	24,00	486.657,37	10.219.804,73
EXECUÇÃO: 01/01 A 30/06/2008	0,00	0,00	566.766,59	0,00	255.312,14	12.685,00	28.965,68	1.756.103,45	0,00	130.991,64	2.750.824,50
SALDO ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	548,12	0,00	204.351,66	587.265,00	27.775,15	11.364.157,81	-24,00	593.604,13	12.777.677,87

Quadro - Execução Orçamentária e Financeira segundo Revisões e Categorias de Gasto (%)

EXECUÇÃO	Pessoal Internacional	Pessoal Nacional	Capacitação e Treinamento	Viagens de Pessoal Permanente	Material de Consumo	Equipamentos e Aluguel	Comunicação e Manutenção	Contratos por Resultados	Diversos	TIN	Total
ORÇAMENTO ORIGINAL	0,0	13,9	3,2	1,2	2,4	2,6	0,1	70,9	0,1	5,7	100,0
EXECUÇÃO: 16/06/2000 a 30/06/2001	0,0	14,8	2,3	1,2	0,2	4,9	0,2	70,4	0,3	5,7	100,0
SALDO ORÇAMENTÁRIO	0,0	13,4	3,6	1,2	3,6	1,4	0,1	71,2	0,0	5,7	100,0
ORÇAMENTO APÓS 1ª REVISÃO	0,0	9,4	10,6	2,5	2,4	3,3	0,5	64,9	0,6	5,7	100,0
EXECUÇÃO: 01/07/2001 A 2003	0,0	36,3	9,2	1,5	3,1	3,8	1,5	38,9	0,0	5,7	100,0
ORÇAMENTO APÓS 2ª REVISÃO	0,0	3,0	11,6	3,2	2,0	9,7	3,1	60,9	1,0	5,6	100,0
EXECUÇÃO: 2004 A 30/09/2006	0,0	7,7	8,4	1,6	14,2	2,9	1,2	58,7	0,0	5,1	100,0
ORÇAMENTO APÓS 3ª REVISÃO	0,0	0,0	8,6	0,0	5,7	2,0	0,4	78,6	0,0	4,8	100,0
EXECUÇÃO: 01/10 A 30/11/2006	0,0	0,0	13,4	0,0	16,1	0,0	0,6	64,3	0,0	5,7	100,0
EXECUÇÃO: 01 A 31/12/2006	0,0	0,0	24,2	0,0	8,7	0,0	0,1	62,2	0,0	4,8	100,0
EXECUÇÃO: 01 A 31/12/2007	0,0	0,0	10,6	0,0	7,2	0,0	0,4	77,0	0,0	4,8	100,0
EXECUÇÃO: 01/01 A 30/06/2008	0,0	0,0	20,6	0,0	9,3	0,5	1,1	63,8	0,0	4,8	100,0
SALDO ORÇAMENTÁRIO	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	4,6	0,2	88,9	0,0	4,6	100,0

Quadro - Execução Financeira segundo Revisão e Categorias de Gasto (R\$ correntes)

EXECUÇÃO	Pessoal Internacional	Pessoal Nacional	Capacitação e treinamento	Viagens de Pessoal Permanente	Material de Consumo	Equipamentos e Aluguel	Comunicação e Manutenção	Contratos por Resultados	Diversos	TIN	Total
16/06/2000 a 30/06/2001	0,00	920.509,00	145.372,00	72.880,00	13.694,00	305.876,00	9.675,00	4.366.201,00	19.986,00	351.252,00	6.205.445,00
2001**	0,00	580.192,34	140.972,34	12.942,44	24.412,63	182.887,44	3.141,87	907.225,36	4.818,85	115.878,18	1.972.471,45
2002	0,00	2.363.680,95	815.171,15	105.576,29	195.249,89	144.025,47	117.872,28	2.257.889,27	265,01	359.967,92	6.359.698,23
2003	0,00	1.235.380,53	109.320,28	59.668,79	132.004,39	107.717,00	49.368,99	1.314.803,89	0,00	180.495,83	3.188.759,70
2004	0,00	515.946,83	165.540,73	76.511,99	238.120,84	39.035,82	47.826,92	967.619,50	761,30	123.081,84	2.174.445,77
2005	0,00	306.532,08	301.592,07	83.147,06	683.552,83	267.696,75	50.839,01	2.692.055,47	1.000,00	204.233,33	4.590.648,60
01/01/2006 A 30/09/2006	0,00	24,27	439.454,89	16.643,94	604.808,45	5.150,00	32.651,40	2.646.272,97	324,14	224.719,80	3.970.049,86
01/10/2006 A 30/11/2006	0,00	0,00	220.957,95	0,00	266.879,44	0,00	9.575,65	1.062.541,75	0,00	93.597,29	1.653.552,08
01/12/2006 A 31/12/2006	0,00	0,00	757.879,34	0,00	271.959,00	0,00	3.937,52	1.949.465,39	0,00	149.162,07	3.132.403,32
01/01/2007 A 31/12/2007	0,00	0,00	1.079.148,00	0,00	739.497,76	0,00	42.746,00	7.871.731,60	24,00	486.657,37	10.219.804,73
01/01/2008 A 30/06/2008	0,00	0,00	566.766,59	0,00	255.312,14	12.685,00	28.965,68	1.756.103,45	0,00	130.991,64	2.750.824,50
TOTAL EXECUTADO	0,00	5.922.266,00	4.742.175,34	427.370,51	3.425.491,37	1.065.073,48	396.600,32	27.791.909,65	27.179,30	2.420.037,27	46.218.103,24

Quadro - Execução Financeira segundo Revisão e Categorias de Gasto (%)

EXECUÇÃO	Pessoal Internacional	Pessoal Nacional	Capacitação e Treinamento	Viagens de Pessoal Permanente	Material de Consumo	Equipamentos e Aluguel	Comunicação e Manutenção	Contratos por Resultados	Diversos	TIN	Total
16/06/2000 a 30/06/2001	0,0	14,8	2,3	1,2	0,2	4,9	0,2	70,4	0,3	5,7	100,0
2001**	0,0	29,4	7,1	0,7	1,2	9,3	0,2	46,0	0,2	5,9	100,0
2002	0,0	37,2	12,8	1,7	3,1	2,3	1,9	35,5	0,0	5,7	100,0
2003	0,0	38,7	3,4	1,9	4,1	3,4	1,5	41,2	0,0	5,7	100,0
2004	0,0	23,7	7,6	3,5	11,0	1,8	2,2	44,5	0,0	5,7	100,0
2005	0,0	6,7	6,6	1,8	14,9	5,8	1,1	58,6	0,0	4,4	100,0
01/01/2006 A 30/09/2006	0,0	0,0	11,1	0,4	15,2	0,1	0,8	66,7	0,0	5,7	100,0
01/10/2006 A 30/11/2006	0,0	0,0	13,4	0,0	16,1	0,0	0,6	64,3	0,0	5,7	100,0
01/12/2006 A 31/12/2006	0,0	0,0	24,2	0,0	8,7	0,0	0,1	62,2	0,0	4,8	100,0
01/01/2007 A 31/12/2007	0,0	0,0	10,6	0,0	7,2	0,0	0,4	77,0	0,0	4,8	100,0
01/01/2008 A 30/06/2008	0,0	0,0	20,6	0,0	9,3	0,5	1,1	63,8	0,0	4,8	100,0
TOTAL EXECUTADO	0,0	12,8	10,3	0,9	7,4	2,3	0,9	60,1	0,1	5,2	100,0

